

MARCOS ROBERTO MANTOVANI

**BALZAC E A REPRESENTAÇÃO DE MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO E  
NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

MARINGÁ

2005



MARCOS ROBERTO MANTOVANI

**BALZAC E A REPRESENTAÇÃO DE MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO E  
NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Terezinha Oliveira.

MARINGÁ

2005

MARCOS ROBERTO MANTOVANI

**BALZAC E A REPRESENTAÇÃO DE MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO E  
NAS RELAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Terezinha Oliveira, pela seguinte Banca Examinadora:

Aprovada em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Maria Lúcia Bertachini Nosella  
CESUMAR – Centro Universitário de Maringá

---

Profa. Dra. Silvína Rosa  
Universidade Estadual de Maringá

---

Profa. Dra. Terezinha Oliveira  
Universidade Estadual de Maringá  
Orientadora

## AGRADECIMENTOS

A minha mulher **Beatriz**, companheira de todas as horas, inclusive as mais difíceis, sempre me apoiando e não me deixando desistir. Obrigado por acreditar em mim, principalmente quando eu mesmo já não acreditava. A conclusão deste trabalho é uma vitória sua também. Te amo.

A minha mãe **Maria Luíza**, porque faltariam palavras para definir a importância desta guerreira em minha vida. Obrigado por não ter sido só minha mãe, mas, muito além disso, amiga, confidente, que em muitos momentos abdicou viver a sua vida para viver a minha. Devo tudo a você.

Ao meu pai, **Adalberto Mantovani**, que é mais que um grande pai e sempre foi um exemplo de honestidade e conquista.

Aos meus filhos **Taila Mariana** e **Lucas**, porque me ajudaram, esperando pacientes, sempre com um sorriso e uma palavra de carinho, mesmo nos momentos em que eu estive ausente. Este trabalho também lhes pertence. Amo vocês.

Ao meu avô, **Caetano Guelere**, um grande sábio e amigo que me ensinou e continua me ensinando os verdadeiros valores da vida.

Ao meu cunhado **Silvério**, por ser um verdadeiro irmão e me estender a mão quando estive desempregado. Esse trabalho também só foi possível com sua ajuda.

A minha irmã **Márcia**, sempre pronta a me ajudar das mais diversas maneiras.

A minha tia **Cleide**, que em tantos momentos de angústia me trouxe uma palavra de conforto e fé.

A minha sogra **Suely**, por todas a vezes que se prontificou a me ajudar de uma maneira ou de outra, mas principalmente por me inspirar a seguir o caminho da pesquisa.

A avó **Terezinha**, pela atenção e preocupação a mim dedicada, mesmo quando eu estava longe.

Ao avô **Jairo**, que na sua sabedoria me mostrou que sempre é tempo de aprender.

Ao professor **Paulo Wollinger**, que acreditou em meu potencial e me abriu as portas para a docência.

A minha orientadora **Terezinha Oliveira**, que me acolheu e possibilitou a conquista não só deste trabalho, mas que me ensinou o caminho da pesquisa, do conhecimento. Obrigado, você me deixou uma lição para toda a vida.

Aos professores **Sezinando** e **Silvina**, cujos apontamentos em meu trabalho foram primordiais para que ele se concretizasse.

Por fim a todos os **professores e funcionários do Mestrado em Educação**, por possibilitarem o meu processo de desenvolvimento do conhecimento.

Para minha mãe,  
**MARIA LUÍZA**, e para minha esposa,  
**BEATRIZ**,  
companheiras para toda vida.

UMA VEZ QUE O PENSAMENTO HUMANO REVESTIU-SE DE UMA MULTIDÃO DE FORMAS E SE TRANSFORMOU NO PRÓPRIO POVO... HOUVE DUAS MULTIDÕES A COMBATER: A MULTIDÃO DE IDÉIAS E A MULTIDÃO DE HOMENS.

**BALZAC**

## RESUMO

As fontes principais da presente pesquisa são as seguintes obras de Honoré de Balzac: *Sobre Catarina de Médicis*, *O Filho Maldito*, *Gobseck*, *Memórias de Duas Jovens Esposas* e *O Baile de Sceaux*. Através destas obras literárias e de outras fontes de apoio, temos como objetivo caracterizar o momento histórico vivido pelo autor (século XIX) e compreender seu pensamento, suas críticas e idealizações. O foco central da pesquisa é o **posicionamento** político expresso por Balzac em sua concepção de família, sociedade e educação. Assim, relacionando os dados obtidos na análise das obras literárias com os principais fatos históricos do século XIX e com as repercussões da própria Revolução Francesa, abordamos as principais transformações ocorridas após a Revolução, no interior das relações familiares.

**Palavras-chave:** Balzac, revolução, relações familiares.

## ABSTRACT

To present researches, he has as objective to analyze the following works of Honoré of Balzac: *Sobre Catarina de Médicis*; *O Filho Maldito*; *Gobseck*; *Memórias de Duas Jovens Esposas* e *O Baile de Sceaux*. Through these literary works, we intended to characterize the historical moment lived by the author (century XIX) for finally, we understand its thought, its critics and ideallys. Our visions research in the political partidarism expressed by Balzac, in its family conception, society and education. Soon after we related such data with the main historical facts of the century XIX, as the own French Revolution. To conclude our dissertation, we made an analysis of the main transformations happened after the Revolution, inside the family relationships.

Word-key: Balzac, revolution, family relationships.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 BALZAC E SEU TEMPO</b> .....	23
1.1 UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS REVOLUÇÕES DE IDÉIAS.....	23
1.2 O PERCURSO DAS REVOLUÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS.....	31
1.2.1 As revoluções inglesas.....	32
1.2.2 A Revolução Americana.....	36
1.2.3 A Revolução Francesa.....	40
1.3 A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA FRANÇA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	46
<b>2 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA LITERATURA ROMÂNTICA</b> .....	53
2.1 MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO SOCIAL: “o público e o privado”.....	53
2.2 O MOVIMENTO ROMÂNTICO: a oscilação entre as tendências retrospectiva e prospectiva.....	63
2.3 A LITERATURA ROMÂNTICA: a sensibilidade para o instável, o particular, o individual.....	66
<b>3 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE SITUAÇÕES FAMILIARES EM OBRAS DE BALZAC</b> .....	74
3.1 SOBRE CATARINA DE MÉDICIS.....	77
3.1.1 Uma reflexão sobre o personagem histórico.....	77
3.2 O FILHO MALDITO.....	89
3.2.1 A luta pela preservação da tradição nobre.....	89
3.3 GOBSECK.....	96
3.3.1 O traço das relações capitalistas.....	96
3.4 MEMÓRIAS DE DUAS JOVENS ESPOSAS & O BAILE DO SCEAUX.....	105
3.4.1 A conciliação entre a nobreza e a burguesia.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119

## INTRODUÇÃO

Desde o momento em que optamos por participar da seleção no Mestrado em Fundamentos da Educação, nosso intuito era refletir sobre a educação no contexto histórico-social da França, mais especificamente no século XIX. Essa escolha deve-se ao fato de que, por se tratar de um período de transformação social, ele revela o embate entre a velha forma monarquista francesa e os novos ideais do poder democrático, cuja análise é importante para uma compreensão das relações humanas e dos fatos educacionais da sociedade contemporânea.

Partimos do princípio de que esse exame possibilita-nos entender como as necessidades humanas guiam o processo de transformação social e, ao mesmo tempo, como essas transformações evidenciam os parâmetros educacionais que modelam o indivíduo para a futura sociedade.

Em termos de delimitação, a proposta focaliza as relações familiares na França, na primeira metade do século XIX, com base em algumas obras de Balzac. É consenso entre os leitores e críticos literários que Balzac representa em suas obras literárias o perfil artístico, os anseios, os questionamentos e receios do homem daquele contexto social. Ele consegue, deste modo, retratar a arte, a economia, a política e, enfim, a educação do homem francês, que, aliás, já estava lançando sementes de mudanças que alcançariam o mundo atual.

A vida de Balzac é a encarnação e a mais reveladora expressão de sua época. Quando chegou em Paris, as distinções de classe estavam se amenizando, o que tornou possível que ele abandonasse sua origem camponesa e se tornasse amigo de banqueiros, diplomatas e políticos. Balzac foi ora cúmplice ora inimigo de muitos escritores. Sua vasta obra *A Comédia Humana* manifesta muito de sua genialidade, sua perspicácia para observar e apreender o que ocorre à sua volta. Estas suas habilidades foram importantes para definirmos Balzac como principal fonte de nosso estudo.

Quando escolhemos um objeto de pesquisa é porque, de alguma forma, nos identificamos com ele. Reside aí uma grande dificuldade, a de se afastar da paixão pelo tema e analisar, de modo crítico, a complexidade histórica e política que o gestou. Por esta razão, identificamos nos com a proposta de Paulo Rónai (1999, p.05) de “penetrar os seus segredos, mas não o seu mistério”.

Todo gênio é fruto do tempo em que vive. Seu legado para as gerações vindouras é sempre a continuidade da especulação que ele suscita em um dado momento e que não reflete somente sua contemporaneidade, mas, também, a tentação de antever o futuro da trajetória humana. Balzac é uma figura polêmica, não somente em sua época, mas também na posterioridade (ao que tudo indica era esse o seu projeto). Ele discute a sociedade em que vive mesmo quando algumas de suas obras retratam tempos que não vivenciou. Mais do que isso, observando bem suas críticas, percebemos que elas são atuais ainda hoje. Podemos citar como exemplo a obra *Sobre Catarina de Médicis* em que o autor faz uma crítica à política de sua época, explicitando suas opiniões:

Não estamos apegados a grandes coisas; mas dentro de cinquenta anos não estaremos mais apegados a coisa nenhuma. Assim, segundo Catarina e segundo todos que são partidários de uma sociedade bem organizada, o *homem social*, o súdito, não tem livre-arbítrio, não deve professar o dogma da liberdade de consciência nem ter liberdade política. Mas, como nenhuma sociedade pode existir sem garantias dadas aos súditos contra o soberano, resultam daí para o súdito *liberdades* submetidas a restrições (BALZAC, 1992, p.320).

Vemos aí uma crítica ao modelo de governo de seu tempo, mais ainda, ao modelo social de sua época e, em alguns elementos dessa citação, podemos identificar aspectos que ainda hoje fazem parte de nossas contradições políticas e sociais.

O momento contraditório, fluido, em que vive Balzac expressa-se na falta de identidade dos rumos e dos interesses de grupos, que mudam a toda hora. Ele nasce quando a Revolução Francesa está sendo liquidada por Napoleão I e uma nova sociedade está surgindo, inclusive em termos geográficos e institucionais. Esse momento é descrito na obra *O Antigo Regime e a Revolução* de Rémond (1974, p.126-127), nos seguintes termos:

A Revolução não tinha tido tempo para ir além da margem esquerda do Reno e da Itália. Napoleão estende seus domínios até as extremidades da Europa, da península Ibérica à Polônia e das províncias Ilíricas até a Dinamarca. Vários estados são anexados à França ou colocados sob sua tutela. O Grande Império, no seu apogeu, em 1810-1811, cobre metade da Europa e a França conta com 130 departamentos. A Europa é profundamente remanejada, suas fronteiras são empurradas e os Estados reagrupados em novos conjuntos. Napoleão leva para toda parte os princípios e instituições revolucionárias; a velha sociedade tradicional das ordens desaparece; o clero e a aristocracia perdem seus privilégios; a servidão é abolida, o homem libertado, a terra emancipada. A burguesia e as classes médias vêm abrir-se para elas novos campos de atividade e de iniciativa. Uma sociedade nova nasceu em todos os países ocupados e administrados pela França.

Tendo nascido no período de ascensão da burguesia, quando jovem, Balzac tem a oportunidade de conhecer personagens importantes do Antigo Regime e de participar efetivamente dos ideários da Revolução. Deste modo, ele testemunha a volta do Império, a queda do Império, a apatia política, a decepção com a derrota dos proclames de 1789 e a

perda efetiva de objetivos da Revolução, muito sentida, principalmente, pelas massas despossuídas.

A burguesia, tida como força motora de transformação social e representante da força popular, consegue, através do desenvolvimento trazido pela indústria e pelo comércio, acumular bens e riqueza. Todavia, apenas o sucesso financeiro não lhe permite a entrada efetiva na sociedade aristocrata. A falta de títulos de nobreza e o preconceito pelas atividades comerciais, tidas como inferiores, fazem com que a burguesia perca sua força de transformação política para tentar o reconhecimento moral diante da aristocracia. Provavelmente, ao pregar a igualdade como lema da Revolução, a própria burguesia estava mais imbuída do desejo de ser reconhecida como nobre do que, de fato, acabar com os privilégios e abusos de poder do primeiro e do segundo estado. Correndo o risco de uma interpretação apressada, podemos pensar que primeiramente seu objetivo foi conseguir reconhecimento social e econômico, depois disso é que lutou pelo poder do estado moderno.

Balzac não economiza críticas a esta “nova nobreza”, ironiza sua falta de tradição, de cultura, de escrúpulos e de um engajamento sócio-político concreto. Percebemos, aí, a empatia do autor pelas causas aristocratas, pois acreditando nos valores desta classe, ele demonstra certo saudosismo ao referir-se ao tempo em que a sociedade francesa, no seu modo de pensar, tinha como referencial a vida de *glamour*. Este sentimento de falta de identidade é comum ao povo francês, pois a França vive a fase em que as velhas instituições e seus valores são muito influentes no convívio social. Ou seja, a nobreza ainda subsiste enquanto identidade secular de um povo, ao mesmo passo em que a burguesia ainda não está totalmente firmada no poder.

Balzac e sua obra representam a insegurança característica dos períodos de transição, pois expressam as incertezas, temores e angústias sentidos pela maioria das pessoas que buscavam a estabilidade por resposta.

Frente às dúvidas provocadas pelos fatos novos e frente à falta de respostas para o que virá, a realidade antiga e já conhecida torna-se segura e estável. Por isso, o autor volta-se para o passado, ora com nostalgia ora preso a antigos referenciais.

Os valores desta nova sociedade, como o individualismo, por exemplo, que é levado às últimas conseqüências, a corrupção moral e a quebra de hierarquias, são representados em *A Comédia humana*.

Nesta obra, Balzac evidencia que uma sociedade baseada no interesse próprio instiga os piores instintos do homem: o egoísmo e a cobiça. É este posicionamento que se manifesta na fala do narrador do romance o pai Grandet: “apodera-se de todos uma esperança e uma ambição de chegar *per faz et nefas* ao paraíso terrestre da luxúria, da vaidade e dos prazeres, matando a alma e prejudicando o corpo só por uma breve possessão dessa terra prometida” (BALZAC, 1971, p.62) (grifo nosso)

Em grande parte de *A Comédia Humana* ele aborda a inversão de valores morais e suas conseqüências no interior de instituições sociais importantes para a manutenção da civilidade, como a família e o comportamento humano. As relações no interior das famílias, representadas nesta obra de Balzac, revelam a força do poder e da fortuna, em função do interesse financeiro, os laços afetivos são reformulados.

Desta forma, podemos entender sua produção literária como uma tentativa de evidenciar os novos parâmetros da educação nesta sociedade em transição. Entre os quesitos primordiais para ser admitido na sociedade estão a capacidade de acumular riquezas, a competitividade e a extrapolação do conceito de liberdade. Esta ruptura do novo esquema social com os antigos valores morais não garante uma vida melhor, pois, ao mesmo tempo em que morre a antiga organização social, não há ainda um modelo concreto de desenvolvimento. A nova força social, que é o dinheiro, é bem caracterizada por Balzac na passagem reproduzida a seguir: “[...] nossa época é eminentemente aquela em que o dinheiro é o legislador, tanto social como politicamente” (BALZAC, 1971, p.70) (grifo nosso)

O momento é decisivo e em sua representação participam os escritores comprometidos com a defesa de seus ideais. Portanto, Balzac não é o único – apesar de ser um dos mais populares – empenhado em escrever análises sociais profundas. Muitos outros estão dispostos a contribuir, cada qual a seu modo, para a conscientização das massas populares sobre seu papel social. Assim também afirma Lukács (1976, p.30):

Esses escritores vencem a crescente prosa da vida com a força, a energia e a espontaneidade de seus heróis típicos. Os grandes realistas desta época percebem claramente até que ponto o homem se tornou um brinquedo das forças econômico-sociais e quão pouco a sua vontade e as suas regras morais influenciam seu destino.

Escritores como Stendhal, Guy de Maupassant, Victor Hugo e outros fazem parte desta linha comprometida intimamente com os problemas sociais desta época. Refletem profundamente sobre as problemáticas vividas por eles mesmos e fazem da fantasia poética e do narrador fictício armas poderosas para a expressão ativa da “essência” humana. Graças a este dom inventivo, que naturalmente exige uma reflexão profunda e concreta acerca da realidade social, os grandes narradores podem criar um retrato fiel dos momentos históricos passados.

Segundo Engels (1988, p.20), mesmo no que diz respeito aos problemas econômicos, pode-se aprender mais com estes escritores do que “nos livros de todos os historiadores, economistas e estatísticos de profissão do período, tomados em conjunto”.

Se pudéssemos afirmar intencionalidade em Balzac, poderíamos dizer que ele se utilizava da narrativa romanesca como ferramenta de propagação de idéias e ideais. O romance, por possuir uma estética agradável e ser de fácil compreensão, alcança um número maior de leitores, ainda mais se levarmos em consideração o fato de que a maioria de suas obras saía em pequenos trechos nos jornais. Este veículo de comunicação seria mais popular que a venda de volumes fechados, tendo portanto um acesso mais amplo. Outro motivo para a produção de romances, seria o fato de eles aguçarem a curiosidade do leitor, permitindo ao escritor maior liberdade de análise, pois este (o romance) trilha sempre a fronteira entre ficção e realidade. Sendo assim pode o autor fazer as críticas mais severas ao poder estabelecido e sair ileso.

Não podemos deixar de citar a falta de compromisso de Balzac com a continuidade de sua obra; vez por outra, ele simplesmente interrompia a produção de um romance, conto ou novela para logo em seguida dedicar-se a outra ou simplesmente retomá-la tempos depois. Não sabemos o motivo concreto dessa conduta, poderíamos entendê-la como pausa para rever conceitos ou como uma tempestade criativa que o levava a interromper uma obra para não perder uma idéia nova. Isso, porém, é mera especulação; o que sabemos de fato é o que os biógrafos de Balzac comentam a inconstância de sua intensidade produtiva, a ela atribuindo muitos motivos.

Quando falamos anteriormente na simplicidade agradável da narrativa romanesca como um meio de facilitar ou de se fazer entender por um número maior de pessoas, percebemos a importância da estética textual. Encontramos esta mesma preocupação, embora em outro contexto histórico, na elaboração do Manifesto Comunista, ou melhor em um ante projeto escrito por Engels para Marx, em 1847:

Medita um pouco na profissão de fé. Creio que o melhor seria prescindir da forma de catecismo e dar-lhe o título de Manifesto Comunista. Como não haverá outra solução senão fazer um pouco de história, não podemos conservar a fórmula atual. Levarei o que aqui fiz, num estilo simples de relato, ainda que muito mal redigido, com uma pressa atroz (MEHRING, 1988, p.23)

Refletindo sobre este fragmento, Mehring (1988, p.24) conclui que:

O projeto a que Engels se refere conserva no entanto, na íntegra, a sua forma de catecismo, a qual teria favorecido, mais que prejudicado, a sua fácil compreensão pelas massas. Para a agitação, no momento, reunia indiscutivelmente mais condições que o Manifesto atual, com o qual coincide aliás totalmente nas idéias nele desenvolvidas. Engels, ao renunciar sem vacilação às vinte e cinco perguntas e respostas, para dar preferência à exposição histórica do tema, julgava-se um homem consciente. O Manifesto em que se propagandeava o comunismo como um fato histórico universal deveria ser, nos termos do historiador grego, uma obra perene e não um escrito polêmico de leitura fugaz.

Estas afirmações levam-nos a refletir sobre a preocupação com a forma estética da escrita, entendendo-a como meio de garantir a absorção da idéia e veicular a informação de forma eficaz, objetiva e interessante. Desta forma, com estes qualificativos, a própria escrita se mantém como registro do pensamento humano permitindo a perpetuação das obras através dos tempos. Ela garante a atualidade das questões do passado porque aborda aspectos da história da humanidade que são repassados de geração a geração.

No entanto, o desafio daquela época era prender o leitor, mantê-lo fiel à leitura e garantir que parte do conteúdo fosse absorvida. Assim, seria possível despertar sua visão crítica sobre os problemas sociais, fazendo com que ele se reconhecesse no texto.

Tornar a informação mais atrativa e agradável, sem perder de vista a qualidade, tem sido um dos grandes desafios da educação contemporânea. A partir daí podemos dizer que, pela qualidade e pela riqueza analítica do comportamento do homem em sua constante luta por auto-afirmação enquanto agente social, as obras de Balzac – e de outros autores do período – continuam tão presentes em dias atuais. Elas mantêm-se atuais, também, por sua estética atrativa e agradável. Embora não possamos afirmar se Balzac teve a pretensão de educar para uma nova sociedade, queremos registrar o comentário de Robb (1995, p.8) presente na introdução do livro biográfico sobre Balzac.

A epopéia da vida moderna elaborada por Balzac constitui a última tentativa de qualquer escritor para compreender e educar um mundo inteiro em toda a sua diversidade, para apresentar um retrato completo, coeso e científico da sociedade e da experiência humana, desde as sugestivas trivialidades do dia-a-dia até a máquina complexa e orgânica do poder e da burocracia.

Pelo que podemos entender, a questão vai muito além da intencionalidade, parece-nos mais a busca por respostas num constante exercício de reflexão e especulação. Isso demonstra sua inquietude na vivência de um momento crítico em uma sociedade sem identidade. Portanto, os escritores deste período, dentre eles Balzac, trazem as marcas da angústia vivida e expressam em suas obras a ânsia por ver se concretizar uma sociedade ideal:

Acima da sociedade real, construía-se pouco a pouco uma sociedade imaginária [...] na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, equitativo e conforme à razão. Perdeu-se o interesse pelo que era, para pensar no que podia ser, e enfim viveu-se pelo espírito nessa cidade ideal que os escritores haviam construído (TOCQUEVILLE, 1989, p.238).

Portanto além da crítica ao modelo social posto, vemos também a força imaginária e utópica do romance para amenizar as chagas e alimentar uma centelha de esperança.

Não pretendemos discutir nem delimitar a intencionalidade de Balzac em relação à sua produção literária; se assim o fizéssemos estaríamos empobrecendo a amplitude de seu trabalho. O que podemos afirmar com segurança é que sua importância para a arte literária é incontestável; da mesma forma é inegável o legado que ele deixou para historiadores, filósofos e políticos. Tal como Marx posteriormente, Balzac propagou suas idéias não só no seu meio, mas também na política, na psicologia e na história. Suas idéias foram muito além do campo literário, alcançando a educação, a economia, a psicologia, enfim, todas as áreas relacionadas ao comportamento humano.

Outro aspecto que confirma nossa idéia é o fato de que Balzac soube identificar o germe da mudança na sociedade de sua época, competência para poucos, pois o processo de transformação social é lento, complexo e, muitas vezes, o momento exato da ruptura do velho e da concepção do novo passa despercebido, até mesmo porque essa exatidão não existe de fato, a não ser em alguns manuais de história. Nas obras de Marx, podemos identificar como objetivo central de suas teorias a mudança social. Para ele é fundamental que todos os indivíduos reconheçam sua própria capacidade de participação nas transformações sociais. É dele ainda a visão de que cada “fio” é muito importante para a composição e manutenção do tecido social.

Dentro desta perspectiva é que tentaremos identificar os primeiros fios de mudança da sociedade francesa, tomando como tema central a forma como Balzac representa as relações

capitalistas dentro da família e como, no embate com as antigas relações sociais e familiares, estas dão uma nova configuração às orientações educacionais.

Mas antes se faz necessário entender os motivos externos que obrigaram a família, enquanto instituição social, a reformular suas relações. A principal causa, de acordo com nossa análise, está na própria sociedade e nas revoluções que se iniciavam.

Assim posto, concebemos que a inspiração de Balzac e a forma crítica de seu posicionamento diante dos fatos de sua época são frutos do próprio processo de transformações sociais que resultaram na Revolução Francesa, fazendo dela um instrumento de distintas revoluções em outros países como Holanda, Inglaterra e Estados Unidos. Assim, consideramos ser necessário abordar e compreender esta sublevação, primeiro na esfera pública, coletiva e só depois no aspecto privado.

Entendemos ser necessário buscar as causas da fúria francesa no seu grito de liberdade. Como veremos a seguir, esta proclamação de liberdade faz parte de um longo processo de questionamentos teóricos e metodológicos no interior do pensamento ocidental ocorrido nos séculos anteriores.

Uma vez que pretendemos destacar traços das relações burguesas, principalmente no interior da família, ou seja, o modo pelo qual o capitalismo influencia o comportamento das pessoas e seus laços familiares, Balzac foi fundamental para a composição de nosso estudo.

Segundo Grib (1952, p.38), a crítica de Balzac à civilização burguesa é completa:

Todas as enfermidades incuráveis, seus vícios e úlceras foram colecionados e estudados de todos os ângulos e com uma perfeição absoluta. De todos os pontos de vista – político, econômico, moral, cultural, humanitário – fica provado que o regime da burguesia não pode ser aceito como o caminho normal do desenvolvimento humano.

Quanto à monarquia, Balzac entendia que essa forma de governo estava baseada na tradição, na autoridade, na submissão, no amor, preceitos que ele considerava imprescindíveis para uma sociedade estável e em desenvolvimento. Seu partidarismo, entretanto, não o deixa menos merecedor de crédito pois, em sua obra, ele representa, de forma complexa, a totalidade dos interesses políticos e sociais de sua época. Justifica-se, portanto, um estudo educacional que se concentre em suas obras como fonte de investigação.

A exposição dos resultados da pesquisa está organizada em três capítulos.

Reservamos o primeiro deles para fazer um resgate histórico de algumas revoluções, refletindo sobre as mudanças políticas e sociais ocorridas desde a revolução inglesa, passando pela Independência Americana e sua influência na Revolução Francesa. Entendemos que através deste resgate é possível identificar o longo processo de mudança nas relações dos diferentes agentes sociais, sendo que, para o nosso estudo, a família é o principal deles.

No segundo capítulo, analisamos algumas questões referentes à Revolução Francesa e sua influência na vida cotidiana das pessoas na primeira metade do século XIX. Concentramo-nos nas mudanças no interior da estrutura familiar e na representação do paradigma social pela literatura do movimento Romântico.

No terceiro capítulo a análise se concentra no momento histórico de transformação enquanto cenário de algumas obras balzaquianas. Portanto nesta parte do estudo trabalhamos com uma seleção de cinco títulos: *Sobre Catarina de Médicis*; *O filho maldito* ; *Gobseck* ; *Memórias de duas jovens esposas* e *O baile de Sceaux*.

Em cada uma dessas obras analisamos as relações familiares sob aspectos diferentes, como o desenvolvimento do capitalismo em seu interior, os antagonismos políticos, os interesses pessoais e demais assuntos concernentes ao tema familiar. Neste capítulo, as fontes são exclusivamente romances de Balzac. Não afirmamos que estas sejam as principais obras que ele escreveu sobre o tema familiar. Era necessário, porém, que limitássemos o número de romances analisados e os cinco títulos citados anteriormente (ao nosso ver) adequavam-se melhor à nossa proposta. O parâmetro principal para essa escolha é o fato de que esses romances relatam de diferentes ângulos as relações familiares. Fica portanto dispensado o comentário a respeito da diversidade e da quantidade da produção balzaquiana sobre os relacionamentos familiares.

# **CAPÍTULO 1**

## **BALZAC E SEU TEMPO**

### **1.1 UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS REVOLUÇÕES DE IDÉIAS**

Por se tratar de um período de intensas e profundas transformações históricas, as antigas instituições do século XIX, que se confundiam com a própria história do feudalismo, estão fadidamente condenadas a reformulações substanciais ou então ao completo desaparecimento. As forças produtivas deste momento são outras e, neste contexto, podemos fazer uma apologia a uma máxima de Darwin muito utilizada na história da evolução da raça humana. Mesmo que se trate de outro contexto, acreditamos que podemos usar a frase “adapta-te ou morre” como um jargão ilustrativo da sociedade patriarcal francesa quando percebe que a ruína social se aproxima. Nosso intuito com isso, é esclarecer a dimensão das forças produtivas e deixar evidente que tudo que bloqueasse seu desenvolvimento seria, sem dúvida alguma, ultrapassado.

Neste momento, torna-se necessário buscar alguns fundamentos do processo revolucionário francês e da sociedade de Balzac. Acreditamos que, observando o que ocorre com o mundo neste mesmo período, podemos encontrar algumas respostas e estabelecer relações com os fatos ocorridos na França.

De acordo com Rémond (1974), os homens do início do século XIX ainda não concebiam o mundo como uma unidade. Segundo ele, isso se devia a problemas como: dificuldades de transpor as distâncias, a comunicação não se beneficiava dos recursos conhecidos depois deste século e, por isso mesmo, não tinha uma idéia plena de sua extensão.

As expansões territoriais iniciadas principalmente nos países da Europa provocavam bruscas mudanças no cenário geográfico e, concomitante a isso, não havia ainda um sistema eficiente de divulgação destas informações.

Desde a crise do sistema feudal e das expansões ultramarinas, o “velho mundo” sofria modificações constantes em toda sua estrutura. As antigas instituições, às quais se vinculava a classe nobre com seus inúmeros privilégios, estavam em desacordo com o novo conjunto social que se apresentava, principalmente com o desenvolvimento do comércio, o que implicava a necessidade de alterações na produção de mercadorias, como também no fortalecimento monetário.

Apenas os fatos citados acima já justificam a angústia e a inquietude dos homens de então, a eles se juntam os sentimentos de esperança e de liberdade que motivavam uma série de revoluções.

Conforme afirma Lefebvre (1989), a revolução de 1789 representou não só a queda da monarquia, mas declarou a morte de uma época. Com ela, o advento de igualdade se afirmaria com um governo constitucional.

Obviamente, uma revolução como esta não acontece como um fato isolado na história, mas é fruto da fermentação de um sentimento nascido em um longo período de discussões

filosóficas, como foi o caso, em uma ordem aproximadamente cronológica, de Montaigne, Locke, Voltaire, Rousseau, Montesquieu e Diderot.

As reflexões e produções teóricas destes filósofos provocaram profundas modificações na formação intelectual do povo europeu, principalmente dos franceses. Esta renovação estava ligada ao movimento renascentista, que apregoava o antropocentrismo e o individualismo como fundamentos para a busca científica e que culminou com a divisão entre fé e razão, ficando a primeira vinculada à religião ou à crença e a segunda à ciência lógica, experimental e racional.

Entre os principais preceitos do Renascimento, podemos destacar a razão como sinônimo de explicação do direito humano de compreender e raciocinar sobre todas as coisas, independentemente de qualquer crença religiosa. A valorização da capacidade de raciocínio e da razão foi fundamental para o desenvolvimento do conhecimento humano, foi um elemento indispensável para a convivência harmoniosa na sociedade e para a liberdade individual.

Mesmo se tratando de um movimento sem uma diretriz única, no qual se discutiam idéias na maioria das vezes contrárias, é inegável a influência dos ideais renascentistas na consolidação da classe burguesa. A partir de então, todos os antigos valores, crenças e instituições não só podiam como deviam ser questionados e colocados à prova. Confirmamos nossa afirmação com o pensamento de Godechot (1976, p.10):

“Todavia as idéias dos ‘filósofos’ eram variadas e estimularam tendências diversas, muitas vezes contraditórias, no seio do movimento revolucionário. É certo que todos os ‘filósofos’ depois de Descartes, Spinoza, John Locke, pensam que não é mais possível aceitar, sem discussão, o legado do passado e que é indispensável submeter as idéias recebidas à ‘dúvida metódica’, ou mesmo à experiência científica.”

O movimento iluminista conferiu mais força aos valores burgueses, fazendo com que eles ascendessem na escala social. Com os filósofos iluministas, o direito humano ao questionamento se consolida. Segundo Godechot (1976), é o movimento das “Luzes” que leva os filósofos a discutirem os princípios sociais daquele momento, contribuindo para abalar o prestígio da aristocracia, da igreja, minando aos poucos o que parecia ser, até então, um modelo sólido e estável.

Para Chaussinand-Nogaret (1988), o iluminismo vai remexer em princípios que durante muito tempo ficaram mascarados pelas teorias do direito divino. A igreja, neste caso, é a principal afetada, uma vez que toda sua doutrina está voltada para convencer seus fiéis, que passam por momentos de pura incredulidade. Todos estes fatos aliados ao comportamento do rei Luís XV colaboram para que os rituais católicos, ao tentarem mostrar a figura do monarca como uma espécie de sacerdote divino, sirvam de chacota. Na verdade, ele é acusado pelo povo de ter rebaixado o trono ao nível das meretrizes. Isto pode ser conferido através da seguinte afirmação de Chaussinand-Nogaret (1988, p.14-15):

Ao mesmo tempo que o pensamento das ‘Luzes’ fazia ressurgirem princípios há muito encobertos pela teoria do direito divino dos reis, o esmorecimento das crenças religiosas, os ataques da filosofia e da ironia racionalista golpeavam a fé secular na Santa Ambula, que, pela graça da sagração, fazia do rei uma espécie de sacerdote e taumaturgo e o investia de um poder sobrenatural, transformando-o em uma figura ao mesmo tempo benfazeja e terrível, à maneira de um destino intercalado entre homens e Deus... Esse sinal visível de sua legitimidade divina desmoronou sob o ceticismo geral. Ao recuo do sagrado, acrescentou-se a decadência do homem.

A crença no poder divino parecia não ser mais suficiente para impor ao povo o absolutismo da monarquia e ao poucos toda sociedade questionava a validade de algumas leis imutáveis. Mediante este quadro de descrença, alguns críticos e oportunistas encontram ambiente

propício para difundir suas idéias. Ainda de acordo com Chaussinand-Nogaret (1988, p.16-17) notamos que:

Enquanto os radicais prosseguiram sua obra de solapamento e o desprezo se elevava em torno do trono, desenvolvia-se paralelamente uma atmosfera de prodígios, suscitados por charlatães, transformados em ídolos pela moda, que profetizavam o advento de uma era de felicidade e a iminência de grandes convulsões. Misturando o esoterismo maçônico, as curas milagrosas, a espera escatológica de um futuro de felicidade, Mesmer, Cagliostro e seus êmulos anunciavam a esperança da cura dos corpos e das almas e a profecia simbólica da felicidade, facilmente transportável para o campo político....o sucesso do irracional numa sociedade desmoralizada secundava os esforços dos 'filósofos' e impunha a idéia de que o regime e a sociedade deveriam sofrer profundas mudanças e que a hora da 'regeneração' estava próxima.

De maneira alguma pretendemos afirmar que a difusão das idéias iluministas provocou tais fatos. Seria no mínimo ingênuo não entender que havia motivos complexos que, por não estarem aparentemente ligados entre si, em meio à metamorfose social, abriam espaço para indivíduos interessados em explorar a crença pública. Devemos levar em conta que o cristianismo havia sido até o momento a principal instituição social, a qual, ao ser enfraquecida pelas dúvidas, teria seu lugar disputado por outras crenças.

Como exemplo do charlatanismo mencionado por Chaussinand-Nogaret (1988), o qual é comum nos períodos de profundas modificações políticas, econômicas e religiosas, apresentamos um dos personagens de Balzac, denominado Vautrin. Apesar de Balzac não ter vivido este momento, pois seu nascimento foi posterior à Revolução Francesa, ele conseguiu criar um representante típico desta figura social. A respeito deste personagem, Rónai (1999, p.19) faz a seguinte afirmação: “o realismo de Balzac conseguiu dar vida intensa ao personagem de Vautrin sendo ele um tentador convencional, quase sempre simpático, vítima e vingador ao mesmo tempo e aproveitador das falhas da ordem social e até da ordem divina”.

Como crítico social de sua época, Balzac comprometia-se em analisar e expressar suas opiniões acerca do comportamento humano por meio de seus personagens. Neles encontramos tanto a defesa como a crítica a valores morais, éticos, profissionais e religiosos, como vemos a seguir no discurso de Vautrin:

Eu não acabaria mais de falar se fosse preciso lhe explicar os negócios indecorosos que se fazem por amantes, por vestidos, pelos filhos, pelo lar e raramente por virtude... Em Paris o homem honesto é aquele que se cala e se recusa a partilhar. Não falo destes pobres ilotas que cumprem seu dever sem jamais serem recompensados por seus trabalhos. É certo que neles reside toda a virtude em todo seu esplendor de sua estupidez, mas neles reside também a miséria. Estou vendo já as caretas dessas honradas pessoas, se Deus nos fizesse a brincadeira de mau gosto de não comparecer ao julgamento final. Portanto se você quiser obter fortuna imediatamente, é preciso já ser rico ou parecer sê-lo. Se lhe falo assim do mundo, é porque ele me deu direito a isso, pois o conheço. Os moralistas nunca o mudarão (BALZAC, 1992, p.103-104).

Entendemos, com este discurso, que o comportamento humano é regulado por interesses pessoais. A maneira de ser e de agir das pessoas é influenciada por suas necessidades materiais. Para supri-las é necessário adaptar-se às exigências sociais. Vemos nesta concepção uma semelhança com a teoria de Rousseau, segundo a qual o homem é por natureza bom, o contrário é fruto da sociedade.

Em sua teoria destaca-se a crítica às desigualdades sociais. Para ilustrar sua crítica ele citava Paris como exemplo de vida pomposa, onde a opulência de alguns contrastava com a miséria da maioria. Outra tônica do discurso rousseauiano era a religião, que considerava subjetiva pelo fato de o poder da Igreja ser baseado na fé, sem nenhum embasamento científico.

Seu ideário foi construído em contraposição às principais correntes ideológicas da sua época, marcando o seu posicionamento singular de rejeição ao anacronismo das instituições e do antigo regime. Mas ele também nega o princípio da civilização e da emergente sociedade

burguesa, como vemos a seguir: “ assim a dissolução dos costumes, continuação necessária do lucro, conduz por sua vez à corrupção do gosto.” (GODECHOT, 1976, p.29).

Semelhantemente a Rousseau, Balzac também via a burguesia como uma ameaça para a sociedade de seu tempo. Isso porque a classe burguesa ainda não havia se consolidado e se separado do terceiro estado que englobava todo o restante da população que não pertencia nem ao clero nem à nobreza. Rousseau afirmava, ainda, que estava surgindo em meio à civilização um homem encoberto pela máscara do aparente, fingindo agir pelo bem da sociedade, quando na verdade agia pelo bem próprio, baseando-se no lucro privado e não no bem social como um todo. Este homem representava um perigo que degeneraria a sociedade.

Arriscamos outra comparação e notamos nesta advertência de Rousseau a mesma preocupação que inquietava Balzac e que se expressava através do comportamento de seus personagens. Citamos como exemplo a criação e o comportamento do personagem Vautrin: um tipo obscuro, com várias facetas sociais. Uma de suas habilidades era convencer as pessoas sobre as vantagens de seus empreendimentos através de uma retórica baseada em esquemas sociais pré-estabelecidos. Evidentemente não pretendemos reduzir esse personagem à linearidade de um único comportamento: Vautrin é uma figura muito mais rica e complexa; nós apenas quisemos salientar um de seus vários perfis.

Verificamos que, em seus romances, Balzac ataca a vida econômica da classe burguesa. Ele destaca o lado destrutivo e predatório desta forma de produção do capital e demonstra isso através de personagens financistas ou banqueiros como Nucigen, Keller, Du Tillet.

Sua crítica fundamenta-se na afirmação de que alguns tipos burgueses nada produzem , pelo contrário, colhem para si os frutos produzidos por outras classes através da cobrança de juros. Esta prática impede que o desenvolvimento social atinja todas as camadas.

Outro alerta feito por Balzac é o perigo de a alta burguesia dominar o governo e controlar as taxas de juros, o aumento de impostos, regulamentando o mercado em proveito apenas deste pequeno grupo. A seu ver, esse risco levaria a França ao caos.

Rousseau, em sua época, também temia que a burguesia alcançasse o poder. Em sua concepção, durante o processo de desenvolvimento da burguesia e de acordo com suas ações, ela absorveria para si grande parte das riquezas. Se não houvesse uma regulamentação para impedir tal movimento, isto seria perigoso, pois geraria um desequilíbrio social e uma nova forma de despotismo.

No entanto, nenhum dos “alertas” dados por Balzac ou por Rousseau, nenhuma das críticas feitas à classe burguesa em relação aos seus meios de produção, ao seu comportamento social ou ao seu engajamento político, nem sequer o preconceito da classe aristocrata foram capazes de impedir o processo de enriquecimento e de desenvolvimento desta classe social. A conquista do poder por parte desta classe seria só uma questão de tempo.

## 1.2 O PERCURSO DAS REVOLUÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Para atingir o objetivo de compreender o pensamento e a produção literária de Balzac, é indispensável retomar alguns aspectos da Revolução Francesa. No entanto, a própria revolução não é um fato isolado na história, com data específica e previsível. Ela é uma das conseqüências de uma série de revoluções que se iniciaram no campo das idéias e se desenvolveram até atingir a prática social. O marco fundamental que liga todas as transformações ocorridas não só na França, mas em diferentes países, é a decadência do absolutismo e a consolidação do sistema capitalista, que mais cedo ou mais tarde se instaurou nestes países.

Na tentativa de não empobrecer a dimensão da luta da classe burguesa contra o regime absolutista e o modelo feudal, no sentido de ascender social e politicamente até o estabelecimento efetivo de sua forma de governo, retomaremos as principais revoluções ocorridas nos séculos XVII e XVIII até o desembocar na Revolução Francesa. A própria sucessão destes fatos históricos obriga-nos a nos restringir a uma forma narrativa, na qual, todavia, tentamos reproduzir a constatação de que a Revolução Francesa é resultado de inúmeras lutas de classe, em diferentes momentos históricos e geográficos.

Podemos considerar a Revolução Gloriosa como o movimento que desencadeou, de forma mais visível, uma série de reformulações políticas e sociais que representaram a ruptura com o antigo modelo feudal e principalmente com o absolutismo. Ela conseguiu, assim, reformular todas as estruturas que impediam o desenvolvimento social e econômico da Inglaterra. Esta efetivação prática dos ideais revolucionários é que, com maior ou menor intensidade,

influenciou intelectuais e filósofos de outros países. Em função disso, julgamos ser necessário iniciar nossa narrativa pelas insurreições Inglesas.

### **1.2.1 As revoluções inglesas**

O século XVII na Inglaterra ficou caracterizado pelos conflitos entre o Parlamento e a Casa Real de Stuart, cujas medidas autoritárias impediam o desenvolvimento mercantilista. Os parlamentares representavam os interesses dos proprietários de terras, que com suas incursões constantes foram se fortalecendo até culminar na Revolução Gloriosa de 1688.

Jaime I, rei da Escócia foi o sucessor ao trono de Elizabeth I, a última representante da dinastia Tudor. Com sua morte subiu ao trono o parente mais próximo, no caso Jaime IV, que ao assumir a coroa passou a se denominar Jaime I, inaugurando assim, a dinastia dos Stuart. Seu reinado foi marcado pela forte opressão sobre católicos e calvinistas e pelo fortalecimento do anglicanismo. Para conseguir seu objetivo, o rei estava disposto a usar inclusive os recursos da violência. Com esse intuito, foi preciso aumentar o exército e convocar o parlamento para persuadir seus membros a aumentar os impostos.

O parlamento era composto pela “Câmara dos Lordes” – nobres tradicionais, proprietários de terra e de forte apego às estruturas feudais - e a “Câmara dos Comuns” – burgueses e nobres do sul. O que unia estes dois grandes grupos era o interesse em comum, pela terra, pela expansão comercial e industrial, com o objetivo de conseguir uma economia mais aberta e expansiva. Como vários membros da Câmara dos Comuns arcariam com grande parte do ônus

do aumento de impostos exigido pelo rei, o projeto foi vetado. Jaime I, então, dissolveu o parlamento em 1614, passando a cobrar taxas abusivas de impostos.

Essas atitudes levaram grande parte da população a emigrar para a América do Norte, o que significou também uma evasão de capitais; em contrapartida, iniciou-se o processo de colonização na América.

Com a morte de Jaime I, subiu ao trono seu filho Carlos I e, nesse momento, o parlamento tentou condicionar o aumento dos impostos à aprovação de seus membros. Entretanto, a exemplo do pai, Carlos I dissolveu novamente o parlamento e voltou a adotar medidas violentas para estabelecer a religião anglicana em todas as regiões de domínio da coroa. Esta seria uma das formas de sustentação de seu poder absoluto de monarca.

Como a Escócia era predominantemente presbiteriana, a população reagiu invadindo a Inglaterra. Para se garantir, Carlos I fez um acordo com o parlamento em relação ao aumento de impostos e, com o apoio da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns, conseguiu expulsar os escoceses.

Porém, outros conflitos de ordem religiosa ameaçavam o trono de Carlos I. Em 1641, eclodiu uma revolta na Irlanda católica. Como, neste episódio, o parlamento negou apoio ao rei, Carlos I invadiu com seu exército o prédio do parlamento e prendeu seus principais líderes. Esta façanha real desencadeou o início de uma guerra civil entre os “cavaleiros” anglicanos, defensores do rei, e os “cabeças redondas” – representantes dos puritanos e presbiterianos, defensores do parlamento. Dentre os “cabeças redondas” estava Oliver Cromwell, que mais tarde se tornaria o comandante geral das tropas parlamentares, as quais venceriam as tropas do

rei na Batalha de Naseby (1645). Durante a guerra, Carlos I refugiou-se na Escócia, mas, por se negar a reconhecer a Igreja Presbiteriana, foi vendido ao Parlamento Inglês, sendo executado em 1649.

Neste mesmo ano, os puritanos conseguiram a liderança do parlamento e, sendo eles menos conservadores, proclamaram a República sob o comando de Oliver Cromwell. Este suprimiu a Câmara dos Lordes, fato que permitiu o rompimento da Inglaterra com as velhas estruturas e possibilitou o desenvolvimento econômico e a promulgação dos Atos de Navegação em 1651. Com ele, todos os produtos importados deviam passar pela Inglaterra, o que estimulou ainda mais o progresso econômico e, conseqüentemente, a modernização da marinha inglesa. Desta forma, a Inglaterra conseguiu se impor mediante a Espanha e a Holanda.

Em 1653, Cromwell dissolveu o parlamento e se proclamou “Lorde Protetor” das Repúblicas da Inglaterra, Escócia e Irlanda. Com sua morte em 1658, seu filho Ricardo não conseguiu manter a república unida e, abdicando, deixou o caminho livre para a restauração da monarquia sob o domínio de Carlos II, herdeiro da família Stuart da Inglaterra.

Carlos foi educado no reinado de Luis XIV e, por isso, recebeu forte influência do absolutismo francês. Reiniciou a perseguição aos puritanos e restaurou a supremacia da Igreja Anglicana. Recompôs a Câmara dos Lordes para conseguir apoio político e dissolveu os exércitos de Cromwell. Devido a problemas financeiros precisou recorrer ao rei Luis XIV e com ele firmou o acordo de permitir a liberdade de culto católico, o que não agradou ao Parlamento.

Preocupado com essa política, o Parlamento depôs o rei e ofereceu a Coroa Inglesa a Guilherme de Orange, chefe do governo Holandês e marido de Maria Stuart, filha protestante do primeiro casamento de Jaime II. Guilherme assumiu a coroa sem nenhuma resistência e o rei fugiu para a França.

Apoderando-se do trono, Guilherme fez alianças com o Sacro Império Romano-Germânico, Áustria, Hungria e Holanda, cujo resultado foi o enfraquecimento da hegemonia francesa, com o que se frustraram as pretensões de Luis XIV em relação às regiões do Reno e dos Pirineus.

Depois de proclamado rei, Guilherme III assinou a *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), que, de acordo com Pazzinato (1995, p.85), continha as seguintes imposições parlamentares:

- obrigatoriedade de submeter à aprovação das Câmaras qualquer previsão de aumento de impostos;
- garantia de liberdade de imprensa, da liberdade individual e da propriedade privada;
- confirmação do anglicanismo como religião oficial da Inglaterra e tolerância a todos os cultos, exceto o católico;
- alternância periódica do ministério entre a nobreza latifundiária e a burguesia urbana.

A partir de 1688, foi implantada na Inglaterra a Monarquia Constitucional, forma de governo que garantiu ao parlamento o direito de voto nas questões políticas e que deteriorou a Monarquia Absolutista. Diante destes fatos, podemos analisar a importância da revolução gloriosa de dois prismas.

Em primeiro lugar, a Inglaterra rompeu com o absolutismo e com as estruturas feudais, demonstrando sintonia com o desenvolvimento burguês e também com a instauração do capitalismo. Com a burguesia industrial fortalecida no aspecto político e econômico, devido à

sua força de produção, todas as condições estavam favoráveis ao acúmulo de capital e à sua aplicação na produção. Desta forma, a Inglaterra confirmou sua hegemonia não só na Europa como no plano Internacional.

Em segundo, encontramos na declaração dos direitos a influência das idéias de Locke. Percebemos isto nos itens que se referem ao direito à propriedade e à liberdade individual e principalmente no que se refere ao fim do absolutismo. A divulgação destas idéias e a teoria do liberalismo de Locke marcam o fim das velhas instituições feudais. Com isso, a Inglaterra desenvolve suas estruturas econômicas, políticas e sociais e, a partir do século XVIII, através da Revolução Industrial, inaugura um novo modelo econômico – o Capitalismo – que foi seguido obrigatoriamente, mais cedo ou mais tarde, pelos demais países.

### **1.2.2 A Revolução Americana**

Grande parte da ocupação do solo norte-americano foi feita no século XVII por refugiados políticos e religiosos, vindos da Inglaterra. Preocupados em resolver seus problemas internos e afastar a ameaça estrangeira, os ingleses não exerciam uma fiscalização severa em suas colônias. Assim, o mercado interno desenvolvia-se, expandia-se e regulamentava-se mesmo sem a autorização da coroa inglesa. No norte já existiam indústrias extrativas, manufatureiras e de construção naval, as quais com o passar do tempo foram se especializando e conseguindo acumular excedentes.

O comércio não era somente interno; através da troca com outras colônias, a prática desenvolveu-se até romper o comércio direto com a Inglaterra, estabelecendo-se uma concorrência direta entre a colônia e a metrópole.

Para poder controlar melhor o comércio ultramarino das colônias, a Inglaterra instaurou os *Atos de Navegação*. No entanto, a medida não impediu as negociações, pois grande parte da aristocracia mercantil colonial conseguia burlar a lei através de contrabandos.

Como veremos adiante, este grupo aristocrata das colônias lideraram o movimento de emancipação política. Porém, antes disso, é necessário compreender a guerra dos sete anos.

A guerra dos sete anos (1756-1763) foi exclusivamente liderada pelos colonos ingleses contra os colonos franceses na América. Com a vitória dos colonos ingleses, eles tinham convicção de poder usufruir por direito todos os benefícios encontrados nas terras conquistadas. Mas o governo britânico reservou as novas terras para seu uso próprio e proibiu um novo povoamento. Determinou, ainda, que os colonos restabelecessem o antigo comércio, negociando somente com a metrópole (*Sugar Act*).

Os colonos, lesados pela perda dos lucros comercializados com as Antilhas francesas, uniram-se aos comerciantes – principalmente os portuários e os agricultores – e, em assembléia em Nova York (1765), negaram a legitimidade dos impostos. Para tal intento, conclamaram o apoio popular em associações chamadas “Filhos da Liberdade”, que boicotavam as mercadorias inglesas.

A resposta inglesa veio na forma da abolição do *Stamp Act*, porém, no ano seguinte, o Parlamento britânico decretava os *Atos Townshend*, um conjunto de leis que taxavam a importação de artigos de consumo como chá, vidro, papel, corantes e chumbo, além de criarem nas colônias tribunais alfandegários com membros Ingleses. O objetivo era impedir o contrabando e o comércio intercolonial.

Após uma nova revolta nas colônias, o primeiro conflito armado aconteceu em 1770 (Massacre de Boston). A Inglaterra novamente voltou atrás, mas os ideais de liberdade já haviam se disseminado através das palavras de ordem de alguns colonos como Samuel Adams, que criou os comitês de ligação dos “Patriotas”.

Após o ano de 1773, com a crise comercial da Companhia das Índias, o governo Inglês concedeu à companhia o monopólio da venda de chá nas colônias. Os comerciantes coloniais tentaram contrabandear seus produtos, mas a Companhia abaixou os seus preços. O desfecho desta disputa culminou em 16 de dezembro de 1773, quando membros dos comitês de correspondência “Filhos da Liberdade”, disfarçados de índios, invadiram o navio da Companhia e jogaram no mar todo o carregamento de chá lá existente.

No dia 5 de setembro de 1774 todas as colônias reuniram-se na Filadélfia, em um “Congresso Continental”, e redigiram um protesto contra as novas leis de coerção. Resolveram, também, boicotar todas as mercadorias inglesas através das associações das treze colônias, o que aumentou as divergências entre os “Patriotas” e os “Conservadores” ou “Legalistas”.

Em meados de abril de 1775, chegaram informações de que os “Patriotas” armazenaram pólvora e outros armamentos em Concord (Boston). Um destacamento britânico foi enviado a

Concord para prender Samuel Adams e John Hancock, líderes patriotas. Os soldados foram surpreendidos por uma emboscada em Lexington, mas conseguiram avançar.

À partir de maio de 1775 a guerra perdeu seu cunho civil e tornou-se internacional. As relações entre a Inglaterra e a colônia Americana eram de fato inconciliáveis e, durante um congresso, o deputado da Virgínia, Richard Henry Lee, propôs uma Federação Americana independente. Um comitê presidido por Thomas Jefferson compôs a declaração de independência em 4 de julho de 1776.

As batalhas, porém, estenderam-se até 1781 e neste meio tempo os patriotas lutaram praticamente sozinhos até conseguirem a legitimidade da independência através de uma aliança com a França. Depois disso conquistaram o apoio da Espanha e da Rússia.

A Inglaterra viu-se isolada e, sob ataque francês, o último exército inglês foi derrotado em 1781. Em novembro de 1782, os Estados Unidos assinaram o tratado de paz com a Inglaterra, reconhecendo a independência do novo país.

Para que esta sucessão de fatos possa ser compreendida, não podemos analisar a luta americana somente pelo prisma da independência, mas também pela ótica da revolução social e principalmente política. Desta forma, podemos perceber a tentativa de tornar práticas as idéias de Locke, Montesquieu e Rousseau sobre um governo pautado no contrato social. A aprovação da primeira Constituição dos Estados Unidos da América, em 1787, foi inspirada nos princípios iluministas de Montesquieu e significou a concretização dos ideais liberais de direito à vida, à liberdade e à busca de felicidade, ligados a uma República constitucional representativa.

Os procedimentos práticos adotados na redação das constituições e declarações de direito americanos influenciaram a Europa e, em especial, a França, tendo sido posteriormente imitadas.

### 1.2.3 A Revolução Francesa

A revolução na América repercutiu de forma vertiginosa em toda Europa, publicações americanas na imprensa, entre os anos de 1760 e 1790, em pelo menos quatro línguas (inglês, francês, alemão, holandês), jornais com manchetes referentes aos feitos dos americanos e as novas constituições americanas foram lidas à exaustão.

Na conclusão do livro *O Surgimento da Revolução Francesa*, Lefebvre (1989, p.213) faz o seguinte comentário sobre a Declaração Francesa de 1789 comparando-a às declarações adotadas na América:

Tentou-se contestar sua originalidade, comparando-a com as declarações adotadas pelas colônias inglesas na América durante a luta pela independência. É inegável que os Constituintes as conheciam, particularmente a proclamada pela Virgínia, em 10 de maio de 1776. Entre elas e a Declaração de 1789 La Fayette dedicava-se ao seu projeto junto a Jefferson; o texto por ele apresentado em 11 de julho à Assembléia Nacional bem como a carta a ela dirigida foram encontrados entre os documentos do Embaixador do Estados Unidos, que os anotou de próprio punho. Assim, a influência dos Estados Unidos é algo fora de discussão.

Os aliados que voltavam da América relatavam os fatos, ajudando a propagar os ideais e o entusiasmo com a revolução americana; outras fontes importantes de propagação de suas idéias foram os representantes americanos na Europa, em Haia e Versalhes. Conforme relata Godechot (1976, p.22), povo europeu estava em agitação.

Viram que as doutrinas filosóficas que discutiam não eram utópicas, mas suscetíveis de aplicação imediata. Finalmente, ela criou na Europa o ‘mito’ americano, a imagem de uma sociedade nova, democrática, próxima da sociedade descrita por Rousseau.

Apesar de todas as transformações ocorridas no mundo, seja em relação ao continente americano seja dentro da própria Europa, em fins do século XVIII a sociedade francesa continuava aristocrática e nela ainda se percebiam nitidamente as marcas de sua origem. Aos poucos, o rei aumentava seu absolutismo, colocando o clero e os nobres sob suas ordens. Com o desenvolvimento cada vez maior do comércio e da revolução industrial, os burgueses consolidavam cada vez mais seu poder econômico, instaurando-se a tendência a uma nova forma de riqueza, a mobiliária.

A sociedade francesa estava dividida então em três classes: o Primeiro Estado, constituído pelo clero; o Segundo Estado, formado pela nobreza, e o Terceiro Estado, que representava a grande maioria da população, entre eles os burgueses.

O clero possuía os maiores privilégios, pois tinha administração própria (agentes gerais do clero, câmaras diocesanas), não pagava impostos diretos ordinários, não dependia financeiramente do Estado, pois recebia dos fiéis o dízimo de todos os produtos da terra, seus membros tinham todos grandes posses e recebiam também taxas senhoriais, além de deterem todo o monopólio do ensino.

A nobreza também gozava de muitos privilégios, sendo dividida entre a nobreza de espada e a nobreza de toga. A primeira era livre da corvéia (dias de trabalho gratuito cedidos ao seu senhor), possuía uma grande quantia em terras e detinha grandes direitos feudais; porém o que mais a caracterizava era o nascimento. Considerava-se como o verdadeiro nobre aquele que

sustentava sua superioridade através do sangue sem se misturar em casamento com pessoas de outras estirpes

A literatura aristocrática, que prosperou no século XVIII ao lado da filosofia burguesa, dedicou-se a fortalecer essa fantasmagoria racial através de uma representação imaginária da nossa história social. Para o conde de Bolainvilliers, os nobres são decedentes dos germanos, que, através da conquista, apossaram-se do território dos galo-romanos, inábeis guerreiros temerosos da morte. Trata-se de uma raça diferente, heróica e militar, feita para o comando e preocupada sobretudo com os sinais de respeito que seus direitos honoríficos lhe asseguram. Como poderia ela imaginar ser confundida com o resto da nação? (LEFEVRE, 1989, p.39).

Este tipo de pensamento deixa explícito porque os nobres não se envolviam diretamente com nenhum tipo de trabalho e porque o entendiam como um rebaixamento; mais ainda, porque muitos deles arruinavam-se e, além de não produzirem, tinham suas despesas aumentadas.

A nobreza de toga foi resultante da troca de favores prestados à coroa, portanto, não era aceita pelos nobres de sangue. A nobreza de toga, ao contrário dos tradicionais, detinha cargos públicos; portanto, de certa forma, trabalhava e sabia administrar seus bens. Durante algum tempo seus membros foram menosprezados pela nobreza de espada, porém, através dos casamentos ligados aos interesses do dote, foram aos poucos se beneficiando com a fusão.

O primeiro e o segundo estado representavam pouco mais de 4% da população. O terceiro estado era composto pela população urbana, composta por burgueses, trabalhadores assalariados, camponeses arrendatários ou trabalhadores rurais. Portanto, era a maioria absoluta em número, pois englobava toda a população que não era nem nobre, nem eclesiástica.

Um dos grandes problemas desta divisão estava na própria legislação, que não era única, mas estabelecia regras diferenciadas para cada estado. Como os dois primeiros tinham muitos privilégios, o terceiro arcava com todo o ônus de taxas e impostos da administração pública. Possivelmente, em parte, o ideal de igualdade originou-se também deste problema

A esse respeito comenta Rémond (1974, p.53):

Cada ordem tem seu estatuto e, a este respeito, apreendemos um traço característico do Antigo regime político: ele não é uniforme. O Antigo Regime não conhece uma lei única. Esta é uma das inovações da Revolução de 1789: a instauração da igualdade perante a lei, a igualdade no tocante aos impostos, no que respeita os cargos, e é nisso que a sociedade contemporânea se diferencia mais da do Antigo regime.

O antigo regime baseava-se no reconhecimento da diversidade das situações e a consagrava juridicamente, era o regime da lei particular.

Outros fatores são fundamentais para entender o desenrolar da Revolução. Por exemplo, o problema no campo, as péssimas condições de trabalho, aliadas a crises climáticas vão gerar um grande onda de miséria e fome que irá culminar em revoltas, mesmo porque grande parte dos camponeses foram destituídos da terra e tinham de pagar muitos impostos. Lefebvre (1989, p.156) assim interpreta os movimentos de insurreição no campo: “esses distúrbios têm como alvo principal a aristocracia; um dos desejos primordiais dos camponeses é obter uma renúncia aos direitos senhoriais e, sobretudo, incendiar os arquivos que possibilitavam sua cobrança”.

Ao se sublevarem, os camponeses eram reprimidos com violência pelas tropas reais, o que contribuía para agravar as tensões já existentes entre o povo e as camadas privilegiadas.

Outro grande problema era a situação das indústrias organizadas e divididas em manufaturas reais que se dedicavam à produção de artigos de luxo, com destino à exportação ou ao abastecimento da nobreza local. Um dos fatores negativos era sua organização nos moldes mercantilistas, limitando assim investimentos produtivos e a livre concorrência.

As corporações de ofício conservavam sua estrutura medieval, de forma que sua produção era muito limitada. Como não atendia às necessidades do mercado, surgiam muitas empresas domésticas no campo.

As empresas particulares, que utilizavam meios modernos de produção, como máquinas e mão-de-obra assalariada, dedicavam-se principalmente à siderurgia e à produção de tecidos. Dependiam, portanto, diretamente do campo, sobre o qual a crise repercutiu desfavoravelmente, prejudicando e muito o seu desenvolvimento.

Há que se considerar também o problema comercial francês. As alfândegas internas características do feudalismo impediam uma circulação mais eficiente, dificultando principalmente a ligação do campo com a cidade. Além disso, existia também o problema do comércio externo com as colônias, o que fez diminuir o fluxo de matérias-primas.

No setor financeiro, Luis XV faz uma péssima administração pública, principalmente o aumento da dívida externa contraída junto aos bancos estrangeiros, em virtude de gastos militares, a ponto de os bancos se recusarem a fazer novos empréstimos. Além disso, o custo da manutenção da Corte era muito alto, sem se considerar o desvio de dinheiro dentro da administração.

Esses problemas vão se refletir diretamente no terceiro estado e de muitas formas: aumento excessivo de impostos, num limite insustentável; entrave no desenvolvimento dos negócios; falta de representatividade junto ao governo.

Os comerciantes tomam a frente na empreitada revolucionária, levando consigo o restante do terceiro estado. Isto era resultado da profundidade do problema social, que englobava camponeses, comerciantes, assalariados, enfim a grande massa que compunha o território francês. Eles buscavam principalmente a unidade, assim descrita por Lefebvre (1989, p.219):

A Revolução de 1789-1794 marcou o advento da sociedade moderna, burguesa e capitalista, na história da França. Sua característica principal é ter realizado a unidade nacional do país sobre a base da destruição do regime senhorial e das ordens feudais privilegiadas.

A revolução francesa representou a primeira grande vitória da burguesia no sentido de ocupar o poder e organizar o Estado.

Com a chegada da alta burguesia ao poder, estabeleceu-se a igualdade fiscal para todas as classes, mas a igualdade civil e social ficou restrita ao novo grupo dominante.

Grandes conflitos surgirão no interior dessa nova sociedade: de um lado, a luta da monarquia tentando se restabelecer e, de outro, o endurecimento da burguesia para se firmar. Em todos os aspectos da sociedade vão repercutir os efeitos do embate do novo subtraindo o velho e do velho apegando-se ao passado. Essa busca, conflituosa, da sociedade por sua identidade, sua referência reflete-se no comportamento dos homens e instituições, em geral, e, em particular, em suas manifestações artísticas.

### **1.3 A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA FRANÇA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

Num rompimento com o passado feudal, a revolução francesa afastou do poder a nobreza e a igreja, as duas instituições mais poderosas que detiveram o controle da França por muitos séculos. Porém, durante o período napoleônico, aos poucos, tanto o clero quanto a aristocracia voltaram a se reorganizar.

Um dos pontos estratégicos de Napoleão era formar uma nova nobreza, visando a paz política e social, mas esse tipo de ação descontentou muitos grupos, que nela viam um golpe contra os ideais revolucionários.

A burguesia francesa, responsável pela ascensão de Bonaparte, foi beneficiada pelo Código Civil Napoleônico de 1804 por meio do qual se institucionalizaram suas conquistas econômicas e políticas. Entretanto as guerras expansionistas desencadearam choques entre o Imperador e a alta burguesia, já onerada pelo freqüente aumento de impostos.

Ao decretar o bloqueio Continental, em 1806, Napoleão travou o desenvolvimento da economia francesa, pois a falta de matérias-primas para a indústria em fase de afirmação impossibilitava a França de substituir as mercadorias inglesas no mercado europeu.

Diante da crise econômica e dos primeiros fracassos militares de Napoleão, a burguesia deixou de apoiá-lo, favorecendo, assim, a restauração da monarquia em 1814.

Ao novo rei, Luis XVIII, foi imposta uma Constituição baseada no modelo inglês, na qual o poder político da alta burguesia foi assegurado, firmando-a como classe dominante. O monarca assumiu o controle do Legislativo que era formada pela Câmara dos Pares, de caráter hereditário, e pela Câmara dos Deputados, que era eleita pelo voto censitário, eliminando o povo de qualquer participação nas decisões políticas.

Esse período conhecido como “Restauração Monárquica” foi de muita apreensão, pois muitos grupos principalmente os camponeses e o proletariado o entendiam como uma derrota da Revolução. Por outro lado, a alta burguesia firmava-se no poder.

O período de Restauração foi apoiado pela Santa Aliança criada no Congresso de Viena, onde Rússia, Inglaterra, Prússia, Áustria, Itália, Alemanha, Bélgica e Espanha se reuniram para reorganizar o mapa político modificado pelas expansões napoleônicas.

As decisões baseavam-se essencialmente no princípio de legitimidade, identificada com a Restauração das Monarquias e dos governos anteriores à Revolução Francesa, ou seja, a volta às mesmas fronteiras européias anteriores a 1789.

Para garantir as disposições do Congresso de Viena, Alexandre I, czar da Rússia, propôs a formação da Santa Aliança, uma organização supra-nacional de cooperação mútua das monarquias européias em nome da Religião, da Paz e da Justiça. Esta organização tinha o objetivo de intervir em qualquer região da Europa em que irrompessem revoluções liberais.

Luis XVIII encontrou uma França agitada pelas disputas entre três partidos políticos: os liberais, os ultra-realistas e os doutrinários.

Os liberais defendiam os princípios da Revolução de 1789, ou seja, queriam a continuidade dos processos radicais revolucionários. Esta proposta representava um grande risco, pois significava um caminho sem direção e a possibilidade de uma série infindável de revoluções.

Os ultra-realistas, cuja maioria eram nobres, defendiam a volta da monarquia absolutista. Pregavam a paz como imprescindível para o desenvolvimento do país, a qual seria conseguida por meio da conservação dos valores religiosos, aristocráticos. Para eles, o sentido de paz estava intimamente ligado ao respeito às antigas instituições (Nobreza e Igreja).

Entre estes dois partidos surgiu um terceiro, mais moderado, o partido dos doutrinários, basicamente composto pela alta burguesia. Este partido defendia a manutenção do equilíbrio político, pregando o desenvolvimento da sociedade a partir do conhecimento, da idéia de civilização. Dirigido por Royer-Collard, professor e decano, este partido defendia reformas no ensino público desde 1814.

Os doutrinários tinham a intenção de trazer para o debate político as questões sociais em sua totalidade. O objetivo final deste grupo era doutrinar as pessoas para colaborar de forma positiva para os destinos da nação, segundo relata Oliveira (1997, p.54):

Royer-Collard, do mesmo que outros membros do partido, como Guizot e Prosper de Barante, defendia a idéia de que a filosofia deveria servir para os homens conhecerem a humanidade. Com isso, compreender melhor os seus problemas. Não deveria ser uma ciência que se dedicasse apenas ao conhecimento da verdade. Insistiu que a pior miséria que poderia recair sobre uma nação era sua população ser ignorante. A maior bandeira deste partido era o desenvolvimento simultâneo dos indivíduos e da nação.

Como vemos, a proposta deste partido era uma política de conscientização da massa popular sobre os problemas sociais, de forma a atingir o domínio e a estabilidade social. Achavam que só assim o povo entenderia quais eram os principais objetivos da nação.

Este era o cenário político Francês na segunda década do século XIX: três partidos distintos, cada qual representando os interesses de suas classes. Enquanto um radicalizava, o outro era extremamente reacionário e somente o último (Doutrinários) é que tinha uma proposta mais equilibrada, que visava o comum acordo entre as classes.

Mesmo pressionado pelos ultra-realistas, o rei outorgou uma Carta Constitucional em junho de 1814, a qual, conforme o modelo Inglês, instituíu um sistema bicameral formado pela Câmara dos Pares e Pela Câmara dos Deputados, sendo esta última hereditária.

Os membros da Câmara dos Deputados eram eleitos por voto censitário, já a Câmara dos Pares era composta por nobres nomeados pelo rei.

A alta burguesia proprietária exercia completo domínio sobre a política francesa, conduzindo a força reacionária que, logo após a interrupção dos “Cem Dias”, instalou o Terror Branco, massacrando os liberais republicanos e também o partido dos bonapartistas.

A Câmara dos Deputados foi dissolvida pelo rei, temeroso de que o radicalismo desses políticos levasse a uma nova revolução.

Com a morte do rei em 1824 subiu ao trono seu irmão, o ultra-reacionário Carlos X, que, apoiado por grandes latifundiários e pelo clero, montou um ministério com os maiores

defensores da restauração absolutista. Tudo se organizava para que a monarquia concretizasse sua volta definitiva ao antigo regime. Entretanto, as crises de 1827, os problemas com a conquista de Argel e principalmente a repressão à oposição levaram o povo a se rebelar, obrigando o rei Carlos X a fugir. Novamente a burguesia contou com o apoio do povo para retomar o poder. Desta vez Luís Felipe I foi coroado rei pelas mãos da alta burguesia, a qual era beneficiada com o controle dos setores básicos da economia: ferrovia, bancos, minas de carvão e ferro, com o que se criaram as condições necessárias para o desenvolvimento industrial e capitalista do país. Marx e Engels (1988, p.51) analisam essa ação política da seguinte forma:

Quem dominou sob Luís Felipe não foi a burguesia francesa, mas uma fração dela – os banqueiros, os reis da Bolsa, os reis das estradas de ferro, os proprietários de minas de carvão e de ferro e de explorações florestais e uma parte da propriedade territorial aliada a ela – a chamada *aristocracia financeira*. Esta ocupava o trono, ditava as leis nas Câmaras e distribuía os cargos públicos, dos ministérios às lojas de tabaco.

Como vemos, somente parte da burguesia tinha representatividade, a burguesia industrial tinha pequena representação na Câmara, dependia da aristocracia financeira para a concretização de seus negócios e acabou sendo excluída da participação política, pois os critérios econômicos do censo eleitoral eram muito elevados. Desta forma ficaram de fora também a pequena burguesia e as camadas populares.

Porém, sublevações de operários industriais, como a de Paris e Lyon entre 1831 e 1834, mesmo tendo sido sufocadas, apontam para a formação de um novo componente social: a tomada de consciência do operariado. Era a formação da classe operária. Esse movimento foi se desenvolvendo por toda Europa industrializada, como um produto direto do capitalismo.

O desenvolvimento político do operariado foi um dos principais fios condutores das revoluções violentas ocorridas em 1848 na França e ficou conhecido como “a primavera dos povos”.

Outros elementos como a corrupção, restrição da liberdade de imprensa para impedir manifestações de oposição do governo, aliados a uma grave crise agrícola e industrial só fizeram aumentar o número de adversários da monarquia.

Contando com o ataque violento dos estudantes, o operariado e a Guarda Nacional, composta por burgueses e pequenos burgueses, conseguiram depor Luís Felipe, estabelecer um governo provisório e proclamar a Segunda República.

Após uma série de embates internos, Luiz Napoleão foi eleito por sufrágio universal, tendo sido apoiado pelos monarquistas, pelos moderados e pelos camponeses, temerosos das idéias socialistas dos líderes populares. A partir daí se instaurou uma nova fase dos movimentos políticos, na qual proliferaram discursos socialistas. Porém, esta nova fase revolucionária não é nosso objeto de estudo, motivo pelo qual vamos nos deter na primeira metade do século XIX. Abordar os movimentos sociais ocorridos na França após 1850, ano da morte de Balzac, representaria um desvio de nosso objetivo.

Passaremos agora a dissertar sobre os reflexos destes embates na sociedade civil, como esta sentiu este momento de constantes mudanças. Abordaremos os medos, os anseios, e as representações destas instabilidades no imaginário do coletivo. O movimento romântico também será analisado como um reflexo desses sentimentos, ou seja, como uma manifestação artística e intelectual que representava a realidade daquele momento. Consideramos que esta

incurção pelo romantismo é necessária porque permite situar Balzac no movimento literário do qual ele foi contemporâneo, embora os críticos literários entendam que, pela sua forma narrativa, ele foi um homem além de seu tempo, aproximando-se em grande medida do realismo que predominou na segunda metade do século XIX .

## CAPÍTULO 2

### A REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA LITERATURA ROMÂNTICA

#### 2.1 MUDANÇAS NO DO COMPORTAMENTO SOCIAL: “o público e o privado”

Durante o desenrolar da Revolução Francesa, opera-se uma ruptura profunda e ao mesmo tempo contraditória no convívio social. É a delimitação de dois espaços ainda indefinidos: o público e o privado. O que se percebe é a invasão da esfera pública no que até então era domínio do privado. Hunt (1991, p.21) explicita este momento de reformulação da seguinte maneira:

Durante a Revolução, as fronteiras entre a vida pública e a vida privada mostraram uma grande flutuação. A coisa pública, o espírito público invadiram os domínios habitualmente privados da vida. Não resta dúvida que o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis pela redefinição mais clara do espaço privado no início do século XIX. O domínio da vida pública, principalmente entre 1789 e 1794, ampliou-se de maneira constante, preparando o movimento romântico do fechamento do indivíduo sobre si mesmo e da dedicação à família, num espaço doméstico determinando com maior precisão. No entanto antes de chegar a este termo, a vida privada iria sofrer a mais violenta agressão já vista na história ocidental.

Entendemos, então, que estas modificações nos conceitos de público e de privado, ao mesmo tempo em que foram importantes para o desenvolvimento do indivíduo em seu fechamento e na redefinição de família, fizeram-no sofrer ao ter seu espaço invadido e vigiado.

O público invadiu o espaço privado para garantir o desenvolvimento de um engajamento político, mas, muito além disso, foi uma forma de controle e repressão a tudo que fosse contrário ao interesses revolucionários.

No instante imediato à Revolução, o conceito de “privado” era significado de sedicioso, de reduto para complôs, um espaço aberto a traições. Portanto era preciso ter controle sobre a vida particular dos indivíduos. Para isso, era necessário que os discursos e debates políticos se fizessem em espaço aberto, em “público”, pois, caso houvessem divergências, elas seriam facilmente identificadas como pensamentos isolados ou como expressão da formação de grupos contra-revolucionários.

O exercício obsessivo de vigilância e a preocupação em manter os interesses privados à distância contribuíram para o desaparecimento gradual dos limites entre o público e o privado.

Todos podiam vigiar e ser vigiados, tudo devia estar à mostra, a começar pela aparência das vestimentas, conforme afirma Hunt (1991, p.22-23) a respeito de um panfleto de Marat:

Se o homem público não defendia a Revolução de maneira satisfatória, o homem privado só podia ser corrupto. Marat abriu o caminho, outros seguiram. Em 1793, um panfleto bastante medíocre definia o ‘moderado, *feuillant*,\* aristocrata’ como ‘aquele que não melhorou a Sorte da Humanidade miserável e patriota, tendo Notoriamente os meios para isso. Aquele que não usa por ruindade uma Roseta de três polegadas de Circunferença; Aquele comprou roupas que não são nacionais, e Principalmente os que não Se orgulham do título e do Barrete de Sans-Culotte’ (*sic*). As roupas, a linguagem, as atitudes em relação aos pobres, os serviços prestados, o uso dos bens móveis, tudo se convertia em critério de patriotismo. Onde estava a linha de demarcação entre o homem público e o homem privado?

Tudo passou a ser questionado na vida do indivíduo, qualquer ação seria uma prova ou de patriotismo ou de traição. Assim, o conceito de liberdade, neste momento, tornou-se muito subjetivo: todos eram livres, desde que atendessem aos interesses revolucionários.

Percebemos que este foi um período de medo. De um lado, estavam as lideranças revolucionárias temendo um contragolpe, do outro, o restante da população, cujos indivíduos temiam ser identificados como traidores. Por isso, o vestuário era o exemplo mais nítido da invasão do público sobre o privado, possuindo um significado político.

O barrete vermelho, o casaco estreito com várias filas de botões e as calças largas identificavam de imediato os *sans-culotte*, autênticos republicanos. As mulheres republicanas usavam um modelo de vestido no estilo “igualdade” nas cores azul-rei, um toucado muito usado neste período e, lógico, a Roseta tricolor. ( Perrot.1991,p.23)

Da mesma forma, este recurso visual era utilizado para identificar quem era opositor ao regime político. Por exemplo, os aristocratas e os moderados eram identificados principalmente pela recusa do uso da Roseta.

A vestimenta revelava o significado público do homem privado. Além dela, outros fatores eram reveladores das posições políticas: a linguagem utilizada, os rituais políticos e domésticos e até a composição da mobília.

Os objetos do espaço privado não foram esquecidos. Os mais íntimos objetos trazem a marca do ardor revolucionário. Na residência dos patriotas abastados, encontram-se ‘camas estilo Federação’. As porcelanas e faianças são enfeitadas com divisas ou vinhetas republicanas. As tabaqueiras, os estojos de barba, os espelhos, os cofres e até os jarros de lavatório são decorados com as cenas das jornadas revolucionárias ou com alegorias. A Liberdade, Igualdade, Prosperidade, a Vitória, sob forma de jovens deusas

encantadoras, enfeitam os espaços privados da burguesia republicana. Mesmo os alfaiates ou os sapateiros mais pobres ostentavam nas paredes calendários revolucionários com o novo sistema de datação e as inevitáveis vinhetas republicanas (HUNT, 1991, p.28).

Como vemos na citação acima, todos os espaços foram invadidos por esses símbolos, demonstrando os meios utilizados para a criação de uma tradição revolucionária. Estas eram as vias pelas quais o Estado podia impor suas vontades, atender às suas necessidades.

A invasão do espaço privado por esses objetos com significado público, além de afirmar a identificação com um grupo social, ajudou a criar no imaginário popular as figuras heróicas e lendárias, que inspiraram tantos artistas imbuídos de confirmar o poder desses personagens. Como exemplo disso, podemos citar os retratos de Napoleão e suas inúmeras representações, os quais, indiscutivelmente, ajudaram a criar a lenda napoleônica.

É importante compreender que, com essas atitudes, ocorreu uma revolução também dentro dos lares, atingindo direta ou indiretamente os membros da família. Os novos ideais foram trazidos para dentro das casas, principalmente na figura do pai, em seu papel de homem público e privado. O pai como chefe da família revelava também o seu papel de agente do estado, propagador dos interesses da nação, que, ao mesmo tempo, manipulava, educava sua família para o convívio social.

Houve então uma redefinição das funções dentro da família e, desta forma, o homem desempenhava o papel político (público) e a mulher o papel doméstico (privado). As tarefas femininas correspondiam ao campo privado e a participação ativa das mulheres na vida política, em debates públicos, ainda que teoricamente era rejeitada por quase todos os homens, pois, na prática, como representa Balzac, as mulheres desempenham um papel **político ativo e de fundamental importância.**

No fim do século XVIII e na primeira década do século XIX, a mulher foi vista ainda como um risco aos interesses políticos da nação. Segundo os revolucionários, era imprescindível que os homens não permitissem que suas mulheres abandonassem os lares e os cuidados com os filhos, para saírem às ruas ou em praças públicas discursarem sobre política.

Segundo o pensamento dessa época, as mulheres, por sua composição biologicamente inferior à dos homens (no que diz respeito principalmente ao raciocínio), eram facilmente ludibriadas e poderiam se rebelar de uma forma ou de outra, primeiro contra o Estado, depois contra seus maridos.

Outra marca profunda da intervenção da autoridade pública na vida familiar foi o casamento, ficando a legalidade do ato sujeita às autoridades civis. A partir deste momento, a autoridade pública passou a ter uma participação ativa na formação familiar.

A legislação familiar denotava uma preocupação em manter o equilíbrio entre preservação da liberdade individual e a da unidade familiar, mas, acima de tudo, em consolidar o controle do Estado sobre a família.

O Estado passou a reger os impedimentos de união, instituiu leis para a adoção de crianças, criou a lei do divórcio, o direito dos filhos naturais e limitou substancialmente o poder paterno. Para as mulheres, ficou delegado o papel de mãe e de irmã, ou seja, sua identidade passou a depender do marido e/ou do irmão mais velho. Ficaram assim relegadas à esfera privada. Tornaram-se símbolo da fragilidade e, portanto, deveriam ser protegidas do mundo externo.

No entanto, as mulheres continuaram a exercer suas articulações dentro dos lares, na educação dos filhos, na capacidade de convencimento do marido, em reuniões femininas e doravante nos grandes salões da sociedade francesa. A importância política da mulher foi indiscutível, sendo registrada tanto nos anais da história como nos romances.

A obra balzaquiana representa esta função social e política da mulher, nem sempre declarada, mas sabida por muitos. Um exemplo disso é encontrado no romance *o Pai Goriot*, no qual Rastignac, um jovem estudante de direito, filho de um pequeno proprietário de terras, frequenta a casa de Nucingen para poder acender socialmente, pois sua casa era freqüentada por figuras importantíssimas, membros do alto escalão do governo, nobres, e outros membros da alta sociedade. Estes eram convidados estrategicamente para que se pudesse concretizar acordos, inserções sociais e outros arranjos de interesses diversos da elite política. A representatividade de Nucingen denota tanto o prestígio que as mulheres tinham, como a importância de ele manter seu carisma perante os convidados: disso dependia o seu sucesso em cada uma de suas empreitadas:

A primeira mulher realmente mulher a que um homem se liga, isto é, aquela que se apresenta a ele no esplendor do cerimonial exigido pela sociedade parisiense, nunca tem rival. O amor de Paris não se assemelha em nada aos outros amores. Tanto os homens como as mulheres não se deixam iludir pelas aparências adornadas de lugares-comuns com que todos revestem, por decência, suas afeições ditas desinteressadas. Neste país, a mulher não deve satisfazer apenas o coração e os sentidos. Ela sabe perfeitamente que tem maiores obrigações a cumprir para com as mil vaidades de que se compõe a vida (BALZAC, 1992, p.188)

Como vemos neste trecho da história, a mulher representava a ponte de ligação para a entrada na sociedade, fosse através do casamento ou por meio da troca de favores. Da mesma forma funcionava o meio político.

Entendemos que havia uma necessidade latente de intervenção do Estado (público) sobre o indivíduo e a família (privado), de se adotar medidas de controle sobre o “discurso de conscientização patriótica”. Entretanto, com o desenvolvimento das novas necessidades que se apresentavam nesta sociedade em constantes reformulações, ficou cada vez mais difícil manter a eficácia dessa fiscalização por parte do poder público. Toda pressão do Estado fez com que aos poucos esse clima de tensão afastasse as pessoas dos ideais revolucionários, mesmo os mais engajados, que não suportaram o clima de invasão do público sobre o privado.

O que notamos com essa resistência silenciosa, que posteriormente se tornará evidente, é a vitória progressiva dos hábitos e dos costumes culturais da população. Sobre este tema Balzac consagra a primeira parte de *A Comédia da Humana*. A obra é organizada e separada em três temas de estudo: *Estudos de Costumes*, *Estudos Filosóficos* e *Estudos Analíticos*. Dos dezessete volumes que compõem *A Comédia Humana* quinze são dedicados aos *Estudos de Costumes* chegando ao total de setenta e três romances. Este simples fato demonstra a importância que Balzac atribui ao comportamento social e nos permite supor que, por mais radical que seja uma revolução, ela não pode subestimar a força da cultura precedente, muito menos deixar de entender as particularidades disseminadas nos diferentes grupos sociais.

Balzac identificou os traços mais característicos destes costumes e conseguiu entender sua multiplicidade. Um exemplo disso é a subdivisão da parte *Estudos de Costumes* em *Cenas da vida Privada*; *Cenas da Vida Provinciana*; *Cenas da Vida Parisiense*; *Cenas da Vida Política*; *Cenas da Vida Militar* e *Cenas da Vida Rural*.

Balzac acreditava que a sociedade não era formada por um único ideal, por uma única cultura, mas, sim, por uma multiplicidade de facetas, de pequenos mundos privados vivendo e convivendo ao mesmo tempo em um espaço comum. Portanto, imprimir uma sociedade por meio de uma única via política revolucionária é ignorar a diversidade da qual ela (a sociedade) é composta. Esta possivelmente seja a chave para se compreender as outras Revoluções que aconteceram na França. A conscientização, ou um termo que seria utilizado posteriormente, a consciência de classes, vai compor em determinados momentos históricos o consentimento e em outros a resistência. Este é o mecanismo do movimento das lutas sociais: os diferentes grupos convivendo entre si ou sobrepondo-se uns aos outros conforme suas necessidades.

Sendo assim entendemos que todas as medidas tomadas pelo Estado durante o primeiro período da revolução, na tentativa de obter o controle da população, acabaram subvertendo a divisão entre os limites dos aspectos públicos e privados, comprovando a força dos costumes sobre as leis. Entretanto, é primordial enfatizar que a família foi a principal responsável pela imposição destes costumes. Ela será, ao seu tempo, a peça chave para a organização social e será ainda a mais importante instituição para a concretização de um Estado forte e estável. Neste sentido, afirma Perrot (1991, p.93):

A definição das relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o coletivo e o individual, passa a ser o principal problema. Enquanto o *laissez faire*, o ideal da ‘mão invisível’, predomina num pensamento econômico estagnado, vivendo das glórias adquiridas no século XVIII, o pensamento político mostra uma preocupação em delimitar as fronteiras e organizar os ‘interesses privados’. O mais novo deles é, sem dúvida, a importância conferida à família como célula de base. O doméstico constitui uma instância reguladora fundamental e desempenha o papel do deus oculto.

Desta forma, a família foi reconhecida pelo Estado como responsável pelo gerenciamento dos interesses privados e do seu bom funcionamento dependia tanto a força do Estado como o

progresso da humanidade. Ela foi um elemento primordial de produção, conforme Perrot(1991,p.112):

Como forma elementar da vida popular, a família também foi o modo predominante de acumulação originária e de gestão do capitalismo oitocentista. A história da empresa é, em primeiro lugar, uma “história familiar”.

A família assegurou o funcionamento econômico e a transmissão de patrimônios. A família como reprodutora humana proporcionava à criança uma primeira forma de socialização, ou seja, por meio da família a criança tomava contato com os conceitos iniciais de cidadania e civilidade, pois, no seu interior eram transmitidos os valores morais e principalmente o sentimento de humanidade, elementos essenciais para a vida em sociedade.

A família representava o coletivo e também o indivíduo, as relações entre seus membros, as funções, os direitos e deveres refletiam o comportamento não só individual dentro da sociedade, mas também o da coletividade.

Os homens é que eram responsáveis pela administração dos bens da comunidade e da família. Na maioria das vezes, principalmente nas famílias de linhagem, o pai como figura central da família, tentava manter a propriedade indivisa, confiando-a geralmente ao filho mais velho ou o de sua preferência. Na verdade, uma grande parte da população estava excluída de toda e qualquer partilha, antes da revolução.

Entretanto, a própria lei criava condições para que os filhos segundos burlassem o direito de primogenitura. Como eles ficavam submetidos ao irmão mais velho e este tinha a obrigação de mantê-los, mudavam-se para outras regiões, cobrando sua parte nos direitos de herança.

Com o crescimento do individualismo, aos poucos os membros da família vão discordar do sistema de indivisibilidade do patrimônio. Conforme informa Perrot(1991,p.107)

O crescimento das classes médias, embora real, ainda não marca muito a distribuição de fortuna e tende a corroborar a idéia de uma sociedade bloqueada, onde as oportunidades de mobilidade são pequenas e agudos os riscos de tensão interna que ameaçam as famílias, no que se refere aos haveres.

Nesta época, grande parte do patrimônio era constituída basicamente de terras, havia um interesse muito grande pela aquisição de imóveis, considerada como investimento seguro, fonte de renda e como sinal de status social. A simbologia de proprietário estava ligada à figura do “bom pai” que deixa um patrimônio aos herdeiros, conforme comenta Perrot(1991, p.108):

O bom pai de família, figura central da sans- culotterie revolucionária e pilar da República, é um pequeno proprietário que lega um patrimônio aos herdeiros. E Gambetta louva “as pequenas fortunas, os pequenos capitais, todo esse pequeno mundo que é a democracia”(discurso de Auxerre, 1874). Assim se forma lentamente um espírito capitalista que se infiltra nas conversas e correspondências familiares, e que modifica a auto-imagem da família.

Somente na segunda metade do século XIX é que a aplicação na bolsa começou a crescer, graças às estratégias bancárias . Os títulos financeiros passaram a substituir aos poucos a renda fundiária.

Outro fato importante é que a indústria era basicamente familiar neste período do século XIX; a família, portanto, era geradora de riquezas. Durante o início da industrialização, a empresa domiciliar foi muito importante para a economia francesa.

A genealogia das empresas seguia a genealogia das famílias; contratos de casamentos eram formas de alianças e de diversificação das firmas; o segredo nos negócios eram inspirados nos

segredos de família. Herdeiros capazes e responsáveis significavam progresso do empreendimento.

Entretanto, à medida que a indústria se desenvolvia, as relações familiares também sofriam modificações e, aos poucos, seus membros tendiam a se profissionalizar cada vez mais, distanciando-se da administração dos negócios. Na maioria das vezes, a empresa ficava, portanto, centralizada no pai ou no filho mais velho, seu sucessor natural.

As intrigas geradas por essas divisões dentro da família serão discutidas nas análises das obras de Balzac, no terceiro capítulo. Antes, veremos como foram representados todos esses embates familiares e sociais no romantismo.

## **2.2 O MOVIMENTO ROMÂNTICO: A oscilação entre as tendências retrospectiva e prospectiva**

Foi Rousseau (1983, p.14) quem, na língua francesa, passou a utilizar o termo “romântico”. Até então o termo significava “como nos antigos romances” e aproximava-se de tudo que pudesse ser visto como pitoresco, romanesco, fabuloso. Entretanto, romântico era visto também como desordenado, confuso, oposto ao disciplinado, ao regrado, ou seja, oposto ao rigor clássico. Provavelmente, da teimosia de Rousseau contra o racionalismo dos seus pares do pensamento ilustrado foi que nasceu a idéia de se atribuir ao adjetivo romântico o sentido de revolta. Passando para outras línguas européias, o termo foi usado na Alemanha como forma de oposição ao gosto clássico francês, predominante na Europa.

O romantismo ascendeu em meio aos anseios provocados pela Revolução Francesa. A chama foi avivada no início da Revolução Industrial e perdeu o brilho com o fim da expansão napoleônica, transformando-se após o fracasso das revoluções de 1848. Tratava-se de um movimento sociocultural complexo e que possuía múltiplas faces, dificilmente entendidas se não observarmos o enorme potencial de energia utópica por ele desencadeado.

Marcadas por mudanças repentinas, bruscas, por expectativas e receios, tensas esperanças e torturadas frustrações, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial foram vistas como forças desencadeadoras incontroláveis que impulsionaram a sociedade em direção a um desfecho imprevisível, porém inevitável. Frente à sociedade, à história e às mudanças que ocorriam, a sensibilidade romântica oscilou entre duas atitudes gerais que traduziam olhares ora de medo ora de esperança.

A primeira atitude, facilmente reconhecida nas classes dominantes e nos grupos ligados ao poder, foi contemplativa: enveredou por uma busca das autênticas tradições nacionais, imersas num passado obscuro e remoto. Daí o interesse maior pela época medieval, pois nela seria possível encontrar os traços do espírito nacional. Este mergulho no passado era uma espécie de compensação à quebra de continuidade existente no tempo presente. Era a nostalgia da sociedade pré-capitalista que queria voltar a uma continuidade orgânica do passado.

A segunda atitude caracterizava-se pela quebra com as estruturas do passado como uma oportunidade para o máximo dispêndio de suas energias utópicas. Ansiava pelo futuro, vendo

o presente como uma autêntica “primavera dos povos”, um tempo no qual, finalmente, poderiam se ver realizados os ideais humanos de felicidade e de bondade. Essa atitude enveredou por uma mística da Revolução que via a realização da história como resultado da vontade negativa dos homens, ou seja, se estes não reconheciam o mundo como resultado de sua criação, seria preciso negá-lo. A própria história fora vista pelos românticos como matéria-prima formada por forças obscuras e incontroláveis, que a humanidade sonhava em dominar. Não foi por acaso que a história, como conhecimento e como instituição, foi extremamente valorizada, ocupando um espaço enorme no ideário romântico. Proliferaram neste período intelectuais que utilizavam a história como ferramenta para firmar suas teorias políticas, conforme escreve Oliveira (1997, p.101):

Enquanto para os autores do século XVIII tratava-se de destruir todo e qualquer resquício feudal, para os do século XIX a questão era recuperar as origens da moderna sociedade, o que incluía o feudalismo, a realeza, a Igreja e a própria nobreza. Estes historiadores valeram-se do estudo da Idade Média para consolidar a ordem burguesa. Se serviu de apoio às justificativas da nobreza e dos radicais de esquerda na luta pelo poder, também serviu aos historiadores ligados aos Doutrinários. Do ponto de vista destes autores, o estudo do passado era importante para se conhecer as origens de cada uma das classes que compunha a sociedade para conhecer as origens da nação. O intuito era legitimar, através da origem, as instituições do presente.

Observamos então que, ao contrário do período napoleônico, houve uma intensa produção intelectual tanto na historiografia quanto na literatura. Havia uma necessidade latente de explicar o presente tomando por base a época medieval. Guizot foi se apoiar nas origens da burguesia para explicar a importância do seu papel na sociedade que se apresenta, Michelet defendeu o povo como responsável pela formação da nação francesa e foi a fundo na discussão política, afirmando que estava nas mãos do povo o destino político do país:

Acreditamos que são os povos que fazem a força e a fraqueza dos regimes: e muito menos os regimes, dos povos... depende do povo que a pátria seja um vínculo de servidão ou um monumento de liberdade(MICHELET.1988,P.17)

Michelet, então, apresentou-se como advogado do povo. Para embasar suas teorias, ele fez uma análise dos problemas de sua atualidade, emitindo opiniões acerca da perspectiva de futuro para França, porém também foi buscar os fundamentos na história da formação do povo francês desde os tempos de Roma.

As duas atitudes gerais entre as quais oscilou a sensibilidade romântica (uma retrospectiva, outra prospectiva) orientam conjuntamente os mapeamento de autores e obras, pois dificilmente encontraremos uma única corrente de idéias em um autor ou em uma obra. A tentativa de definir o romantismo identificando-o com a revolução ou com a reação seria falha; entendemos que não seria possível enquadrá-lo em um esquema pronto, dadas as dificuldades de determinar o sinuoso caminho deste imaginário.

A ambigüidade do pensamento romântico pode ser entendida como uma busca desenfreada de compreensão de outras épocas, na tentativa de uma explicação global da realidade combinando unidade e diversidade, continuidade e transformação.

Essa busca é bem caracterizada na literatura, pois os romances desse período são substancialmente uma fonte informativa e revelam essa necessidade de articulação.

### **2.3 A LITERATURA ROMÂNTICA: A sensibilidade para o instável, o particular, o individual**

O período que vai de 1815 a 1848, do nacionalismo ao comunismo, da tecnocracia industrial à democracia igualitária foi profundamente marcado pelo traço romântico, no qual predominava a ênfase à instabilidade dos fatos e aos acontecimentos situados no limiar de uma nova época.

Podemos dizer então que o imaginário romântico nasceu como tomada de consciência dos dois processos de ruptura, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. A ansiedade e a expectativa geradas pela combinação destas mudanças foram tais que excederam as dimensões objetivas das transformações, projetando sobre elas uma força simbólica capaz de alterar a realidade, delimitando-lhe contornos e procedendo dialeticamente no sentido de uma nova tomada de consciência dos homens.

A Revolução Francesa, com todos os seus desdobramentos, constituiu uma espécie de foco, a partir do qual nasceu a reflexão romântica sobre a realidade. Na França, mais que nos outros países, foi o mundo napoleônico que deflagrou as primeiras imagens da instabilidade. Napoleão Bonaparte transformou-se em motivo alegórico de entusiasmo para jovens artistas:

O poeta Napoleão, conduzindo as multidões sublevadas, determina o século e, se ele sangra os povos, por outro lado injeta fermentos tais em suas almas, que estas parecem datar dele. Romântico por sua cultura primeira, seu amor por Rousseau e por Goethe, pelos poemas ossiânicos, sua necessidade de devolver o olhar para o Oriente, o Egito, todo o Império do Sol, seu grande sonho implacável que manipula as multidões e as almas como claridades e sombras numa superfície a esculpir, seu lirismo violento que precipita a conquista nos passos do desejo, sua visão do Nada final que o faz atravessar a vida só com sua paixão por objeto e a fatalidade por lei, ele desencadeia o romantismo.[...] Tudo o que será grande neste século, Corot, Vigny, Delacroix, Michelet, Balzac, Hugo, Berlioz, Daumier, nasce e cresce entre a Ilíada italiana de 1796 e a hora em que ele atinge o apogeu (FAURE, 1991, p.283-284)

A representação napoleônica feita por estes artistas apresenta-o como um dos heróis comumente vistos nas epopéias homéricas, com sua força sobre humana, sua missão cósmica. Esta alegoria tem um sentido mais forte em Balzac. Rónai (1999, p.73) faz o seguinte comentário a esse respeito: “[...] Balzac, ainda jovem, inscreveu no pedestal de uma estatueta

de Napoleão, colocada num canto de seu gabinete: o que ele não pôde cumprir com a espada, eu o acabarei com a pena”.

Essa passagem revela o poder que a figura de Napoleão tinha no imaginário de Balzac, o qual, a esta idade, dispôs-se a tomar para si a missão inacabada de seu mito.

Obviamente estamos falando de um Balzac da juventude, pois, com o passar dos anos e com a maturidade, algumas de suas opiniões mudarão significativamente. Porém, ainda que mais amena, sua admiração por Napoleão permanecerá.

Na realidade, aos olhos dos mais lúcidos, a trajetória de Napoleão parecia condensar a ruptura social anunciada pela revolução, colocando, de um lado, a propriedade herdada e, de outro, a carreira aberta pelo talento. O imaginário romântico francês parece ter se alimentado mais da queda do que da ascensão, mais do fracasso do que do sucesso.

Toda a tensão de Napoleão em direção ao futuro terminou em um fracasso exemplar, o qual, segundo os românticos, transcendia sua particularidade biográfica, estava além das suas forças humanas. Provavelmente por isso a batalha de Waterloo seja a cena que mais impressione os escritores franceses.

Os sentimentos que ficam depois do desaparecimento de Napoleão são os de desorientação, insegurança, incerteza: “Tudo o que era deixou de ser, tudo o que será não é ainda” Eis aí, ao que parece, a síndrome do “nenhum lugar” (MUSSET, 1971, p.25).

O desmoronamento do antigo regime, o traumatismo da revolução, as mesquinhas de uma restauração medíocre, a inexistência de opções sociais duráveis foram registrados pelos

escritores franceses da primeira geração do século. A geração de 1820 identificava seu destino com o de uma aristocracia colocada um tanto à margem do poder. Posteriormente, a maior parte dos artistas e escritores franceses do período, próximos à burguesia, viram-se mais propensos a defender e a tematizar um imaginário social no qual os homens passavam a depender menos dos privilégios herdados e mais dos talentos individuais.

A característica mais definidora do imaginário romântico foi exatamente a permeabilidade ao instável. Essas imagens de uma sociedade oferecendo a cada homem a possibilidade de desenvolver-se e, até mesmo, de transformá-la, este entusiasmo pela carreira aberta pelo talento, levados às últimas conseqüências, vão além do que se podia vislumbrar na realidade francesa da época.

Além dos resquícios da hierarquia do passado, esta sociedade abalada pela Revolução de julho de 1830 começa a mostrar sua verdadeira face. A tirania do dinheiro, a ordem do enriquecei-vos, figurava às consciências mais sensíveis como mais terrível, muito mais bloqueadora e repressiva do que o antigo padrão de nascimento.

Na realidade, crescia a frustração desta geração de românticos franceses. Eles presenciavam a consumação histórica de uma sociedade que não queriam, com a qual não sonhavam, embora um de seus anseios fosse a carreira e a prosperidade abertas ao talento, pois, no passado, eram poucos os que tinham o privilégio de se tornar importantes. Com a abolição de vários privilégios do Antigo Regime, a desigualdade da riqueza mostrava-se flagrante, uma chaga aberta na sociedade.

Os anos de 1830 a 1840, principalmente na França, conforme os desdobramentos sociais da Revolução Industrial, aumentavam ainda mais os profundos contrastes sociais. O crescimento vertiginoso da população francesa concentrada nas grandes cidades conduzia a um estado de mal estar e de tensão social:

A multidão, sua presença inquietante nas ruas de Londres e Paris do século XIX, foi considerada pelos contemporâneos como um acontecimento inquietante. Milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano da vida nas grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana uma imagem freqüentemente associada às idéias de caos, de turbilhão, de ondas, metáforas inspiradas nas forças incontroláveis da natureza. Figuras fugidias, indecifráveis para além de sua forma exterior, só se deixavam surpreender por um momento no cruzar de olhares que dificilmente voltarão a se encontrar. Permanecer incógnito, dissolvido no movimento ondulante desse viver coletivo; ter suspensa a identidade individual, substituída pela condição de habitante de um grande aglomerado urbano; ser parte de uma potência indiscernível e temida; perder, enfim, parcela dos atributos humanos e assemelhar-se a espectros: tais foram as marcas assinaladas aos componentes da multidão por literatos e analistas sociais do século passado (BRESCIANI, 1994, p.10-11).

Essa concentração de pessoas que crescia a olhos vistos, o fato de elas serem despreparadas para tal ajuntamento urbano, sem um norte, levavam muitas vezes à explosão de violentos motins urbanos, como os de Paris e Lion na década de 1830. Este movimento humano, que se apresenta aos escritores deste período como um espetáculo do horror, é objeto de suas observações:

Em Victor Hugo, a imagem do caos de uma multidão sem nome é encarregada de representação do movimento não domado de uma massa humana cujos componentes se subtraem a qualquer regularidade visível imediata. As metáforas da selva virgem e das pradarias americanas compõem a figuração estética do perigo velado e iminente. Nas ruas de Paris, o assalto dos ladrões se assemelha ao ataque de índios; o ruído da cidade lembra o irritante, incontrolável e ininterrupto zunir de uma colméia de abelhas. Imagens como as do oceano, de floresta, de formigueiro, do inferno, de doença, foram recursos necessários à literatura, para dar conta de um tema novo. Identificando elementos comuns do viver em multidão com o estar à mercê das vagas irregularidades do oceano ou dos habitantes

selvagens da floresta, ou ainda como estar sujeito às presumidas condições de estadia no inferno, os autores do século XIX foram compondo uma representação estética do universo das cidades. O espetáculo das ruas torna-se visível nos textos (BRESCIANI, 1994, p.14-16).

Essa acumulação humana, o desconforto que ela traz, o sentimento de insegurança que ela provoca fazem com que alguns escritores reflitam sobre o futuro social, baseados na diversidade e no aumento do contingente humano, conforme relata Bresciani (1994, p.55) a respeito de Balzac:

Balzac se indaga sobre a atitude possível de homens aos quais a sociedade nega a satisfação de suas necessidades primárias e pergunta: ‘Terá a política previsto que, no dia em que a massa dos miseráveis estiver mais forte do que aquela dos ricos, a sociedade será organizada de uma maneira totalmente diferente? A Inglaterra, neste momento, encontra-se ameaçada por uma revolução deste tipo’. Quando prossegue em suas colocações, fica evidente o caráter projetivo do seu alarma, pois a revolução iminente na Inglaterra substantiva-se numa ‘taxa de pobres exorbitantes’ e na possibilidade futura de o número de miseráveis ultrapassar qualquer forma de controle repressivo.

As preocupações suscitadas com o aumento da população nas grandes cidades funcionam como um fermento tanto para a reflexão social quanto para criação de personagens, cenas da vida privada e dos costumes. Importante salientar também que parte do medo e da preocupação dos observadores sociais provém da forma como a sociedade é conduzida pela administração pública.

De um lado, Luís Felipe governava por meio das leis de Exceção, de forma a reprimir violentamente as desordens sociais; de outro, existia o conformismo criminoso de ministros, militares, banqueiros, advogados e juizes. Desta forma temos uma sociedade que, de um lado, é composta por uma casta privilegiada e, de outro, pela grande massa popular dos aflitos e indefesos, a geração perdida da sociedade industrial. O mundo parecia estar às avessas.

A imagem do fracasso dos projetos mais coerentes de transformação social e que faziam parte da Revolução Francesa, fracasso vivenciado sob a forma de uma enorme crise de identidade, assume a forma de um desenraizamento do tempo presente. A literatura romântica produzia-se, assim, a partir da negação radical do presente e da interrogação compulsiva sobre o futuro. Pelo fato de ser produzida num momento instável, na sua multiplicidade e variedade, a literatura romântica rompeu com um ideal único, universal de beleza e perfeição.

Em um mundo estilhaçado, onde predominava uma variedade e uma peculiaridade quase infinitas, era necessário romper com um único ideal de pensamento ilustrado. Era necessário compreender cada época e cada povo com sua própria individualidade e sua peculiar forma de expressão, daí a necessidade de compreendê-los intrinsecamente associados à sua própria história particular, sem julgá-los a partir de princípios absolutos e exteriores.

Assim Balzac empenha-se em observar essa multiplicidade, analisando individualmente os diferentes tipos sociais, porém colocando-os como seres que vivem em conjunto em um mesmo espaço geográfico, sob o título de nação. Se, para alguns, o significado de nação era o de unidade, de continuidade, para Balzac isso era falso. Lukács (1976, p.18-19) faz a seguinte análise:

Este firme objetivismo do conteúdo, este grande realismo na representação do desenvolvimento social pode ser realizado na obra de arte somente quando o âmbito da realidade cotidiana 'média' se amplia e o escritor alcança o phátos da 'vida privada', para usar a expressão de Balzac. Mas este phátos só pode ser encontrado por vias muito complexas e indiretas. As forças sociais descobertas pelo artista, que as representa em seu caráter contraditório, devem aparecer em traços característicos das figuras representadas; em outras palavras, devem possuir uma intensidade de paixão e uma clareza de princípios que não existem na vida burguesa cotidiana, e ao mesmo tempo devem se manifestar como traços individuais de determinado indivíduo. Uma vez que o caráter contraditório da sociedade capitalista se torna perceptível em cada um de seus pontos e a humilhação e depravação do homem impregnam toda a vida interna e externa da sociedade burguesa

(mais ou menos consciente) contra a ação despersonalizante do automatismo da vida burguesa. Num de seus prefácios Balzac frisa que os leitores se equivocaram completamente a respeito de seu Pai Goriot se viram nele resignação: Goriot, ingênuo e ignorante, às vezes emotivo à sua maneira, é tão rebelde quanto Vautrin. Nesta passagem, Balzac apreende perfeitamente o ponto em que, com o 'phátos', pode nascer uma situação épica, mesmo no romance moderno.

Ou seja, Balzac eleva as paixões de seus tipos a um nível tão alto, que nelas se reflete o conflito interno de um momento essencial da sociedade burguesa. Porém, ao mesmo tempo, esses tipos encontram-se em um estado de revolta subjetiva e justificada, embora nem sempre consciente, de forma que, neles (nos personagens), Balzac expressa um momento particular da contradição social.

Identificar este *phátos* social, esmiuçar em detalhes, em um exercício quase frenético, catalogar as mais diferentes faces do indivíduo social foi sem dúvida sua marca mais clara.

Passaremos agora ao terceiro capítulo. Na análise das obras poderemos ver Balzac delineando estes tipos sociais em suas relações, principalmente as relações no interior da família, conforme objetivo deste trabalho.

## **CAPÍTULO 3**

### **ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE SITUAÇÕES FAMILIARES EM OBRAS DE BALZAC**

Neste terceiro capítulo, nossa proposta é fazer a análise de algumas obras de Balzac utilizando-as como embasamento para uma reflexão sobre o comportamento dos indivíduos em suas relações familiares, enquanto uma forma de manifestação das transformações sociais ocorridas na primeira metade do século XIX. Entendemos que as mudanças externas interferem de maneira direta na organização familiar, pois esta tem necessidades que decorrem do papel vital que exerce na sociedade, conforme afirma Perrot (1991, p.116):

A família, ‘mão invisível’ do funcionamento social, ‘deus oculto’ da economia, às vezes conspiradora no próprio interior da democracia política, situa-se nas fronteiras indefinidas entre o público e o privado. O limite que os separa faz-se sinuoso na família, variando segundo os tempos, os lugares, os ambientes, da mesma forma como ela serpenteia pela casa. Teríamos de erguer esse cenário para entender a intensidade dos movimentos que lhe dão vida, dos conflitos que a dilaceram, das paixões que a percorrem.

Baseados na citação acima, entendemos que as mudanças no interior da família podem nos levar a entender tanto os interesses individuais como também os coletivos que atuam nesta instituição em sua luta pela sua preservação e manutenção do bem estar social.

Na obra de Balzac encontramos a diversidade desses interesses ora pessoais ora coletivos. Em certos momentos, por exemplo, deparamo-nos com a figura de um pai sovina e autoritário, como o pai Grandet, que repreende a mulher e a filha (Eugênia). Esse personagem à primeira

vista parece um homem sem sentimentos humanos, que a toda hora procura maltratar a todos. Todavia, ele tem um objetivo: preservar o futuro da família. A filha, como herdeira, representa a continuidade e a imagem projetada do pai, uma forma de lutar contra o tempo e a morte. Para tanto é necessário que ele eduque Eugênia para não perder tudo o que ele, como pai, conseguira com tanto esforço. Para alcançar seu objetivo ele tem consciência de que deve ser duro e imprimir a sua filosofia de vida na pessoa que irá administrar sua fortuna.

Em outros momentos podemos encontrar um perfil totalmente oposto, como é o caso do pai Goriot. Esse personagem, ao contrário de Grandet, demonstra todo seu amor e ternura empregando toda sua fortuna para garantir bons casamentos para suas duas filhas. Decide morar em uma pensão simples, usar roupas velhas e se despir de toda a vaidade em prol de sua meta descomedida de manter suas filhas em bons casamentos, no melhor posto da escala social.

Embora, à primeira vista, o perfil de Grandet e o de Goriot pareçam opostos, vemos que eles têm o mesmo direcionamento: o filho é um investimento. Não podemos deixar de lado suas manifestações de afetividade, é óbvio, mas além disso percebe-se latente o investimento econômico, educacional e também existencial.

Esse tema da relação direta entre pais e filhos é recorrente nas obras de Balzac. Nelas, ele incansavelmente registra todas as múltiplas faces e aspectos desta relação.

Como pano de fundo de todo esse arranjo, dessa estratégia familiar, está a luta pela sobrevivência em uma sociedade, a qual, por sua vez, ainda busca um norte. Desta forma, as mudanças no relacionamento familiar funcionam como um sismógrafo social, registrando a

luta do homem por sua sobrevivência e pela de seus semelhantes mais próximos; a luta para manter viva a base da civilização: a estrutura familiar.

*A Comédia humana* é uma tentativa de abranger a essência da sociedade. Nela Balzac se dedica aos costumes, à vida privada, às cenas militares, enfim divide seu objeto de observação minuciosamente, analisando cada um, mas, ao mesmo tempo, interligando cada objeto de análise ao todo da engrenagem social.

Indicamos, a seguir, os pontos essenciais da análise de algumas das obras escolhidas para a composição de nosso trabalho.

Entendemos que, em *Sobre Catarina de Médicis*, Balzac busca no personagem histórico de Catarina o mesmo que Guizot buscou na Idade Média. Ou seja, nesse romance, baseando sua opinião a respeito da formação da nação francesa na tradição e no desenvolvimento lógico de cada classe, ele faz uma crítica à situação política de seu momento e aponta a falta de direcionamento seguro para a sociedade.

Em *O Filho Maldito* observamos a luta pela preservação da tradição dos valores nobres, dos princípios de hereditariedade, dos costumes militares.

Em *Gobseck*, vemos, pela óptica de um usurário, os dramas no interior das famílias que, para se manterem em evidência e serem aceitas na sociedade, vivem de aparências, manifestam uma falsa opulência. Para se manterem assim, recorrem a empréstimos. No caso deste romance, o usurário revela a Derville, seu inquilino e confidente, todas as chagas no interior das famílias.

Por último, em *Memórias de Duas Jovens Esposas* e *O Baile de Sceaux*, veremos, tanto por parte da nobreza quanto da burguesia, os acordos familiares e os casamentos arranjados para que os componentes destas classes (nobreza e burguesia) consigam acumular fortunas ou manter o *status quo*.

### **3.1 SOBRE CATARINA DE MÉDICIS**

#### **3.1.1 Uma reflexão sobre o personagem histórico**

A história é permeada de personagens que devido ao seu grau de importância tornam-se mitos que são transmitidos pela tradição. Não é incomum, com isso, que, nas diferentes representações que esses personagens recebem no decorrer da história, eles acabem perdendo **seus atributos originais**. Intencionalmente ou não, o fato é que muitas vezes alguns autores ao interpretar fatos históricos, produzem conceitos ou lhe atribuem características duvidosas, os quais, permanecendo no tempo, dificultam o entendimento histórico.

Podemos, assim, entender o escritor de duas formas. De um primeiro ponto de vista ele pode intencionalmente querer construir, à sua maneira, “uma verdade” que é particular sua e disseminá-la, mas lançando mão de sua capacidade de sintetizar as questões gerais e essenciais da humanidade. Ganha com isso notoriedade, fazendo com que seu objeto de estudo ocupe um lugar, sendo ele então o grão-mestre do entendimento histórico.

Do segundo ponto de vista, o escritor revela ter um desconhecimento do objeto e, às vezes, critica sem no entanto compreender o que comenta. Não consegue captar a característica central de seu objeto (personagem histórico), nem conceber o grau de complexidade com que o mesmo se liga à fina malha dos interesses sociais. Desta forma, o escritor revela ter uma imagem fragmentada e unilateral da história, e o leitor, por sua vez, deve estar atento para não dar continuidade ao preconceito ou para não ornamentá-lo ainda mais.

*Sobre Catarina de Médicis* é um romance composto por quatro partes, organizadas atualmente da seguinte forma: *I- Introdução; II- O Mártir Calvinista; III- A Confidência dos Ruggieri e IV- Os Dois Sonhos*. Originalmente, as partes eram isoladas uma das outras, tendo cada uma delas sido publicada em jornais, na forma de folhetins. Também os títulos dos capítulos tiveram, anteriormente, outras versões, mas o conteúdo permaneceu o mesmo.

A *Introdução* foi, na verdade, a última parte a ser escrita, sendo utilizada como justificativa para a junção das outras três partes, sendo todas publicadas em 1843 como um único estudo, com o título *Sobre Catarina de Médicis*. Desta forma, compreendemos melhor porque cada parte da obra aborda um tema diferente, não aparecendo uma como seqüência da outra.

Nesta análise, nos concentramos na *Introdução* e em *O Mártir Calvinista*, pois, na primeira parte, Balzac escreve uma espécie de contextualização histórica e a segunda parte, a mais extensa, é considerada dentro da obra como um romance histórico, no qual o autor não tenta alterar os dados da história. Conforme afirma Rónai (1992, p.305-306):

Das quatro partes de *Sobre Catarina de Médicis*, só uma, *Um Mártir Calvinista*, merece, na realidade, a qualificação de romance histórico: é verdade, entretanto, que ela forma mais da metade da obra. Comparada com a maioria das obras do romancista escocês (*Walter Scott*), apresenta uma diferença importante. Enquanto aquele fazia as personalidades desempenhar

apenas papéis de segundo plano para reservar-se maior liberdade no enredo, Balzac faz de Catarina de Médicis sua protagonista e, sem querer alterar os dados principais da história, restringe-se a interpretá-los.

Neste romance vemos um Balzac preocupado em recuperar parte da história da nobreza, assim como historiadores do seu tempo utilizavam o passado para afirmar suas convicções políticas. Em nossa interpretação, este tratamento corresponde à sua defesa do que compreendia ser o caminho seguro para o futuro incerto da França, ou seja, a defesa da tradição.

Compreender esta personagem é também compreender a política no seu mais alto grau de complexidade. Esta mulher, muitas vezes criticada, soube administrar os interesses da coroa e conseguiu impor suas vontades políticas. Muito habilmente “cortava para depois tornar a coser”. Trabalhava arduamente e, se os nobres eram ociosos e afeitos a banalidades, Catarina não pôde ser acusada disso. Seu raciocínio era complexo e sua forma de ação às vezes parecia contraditória. Fazer alianças com Catarina não significava que ela fosse ter lealdade com seus aliados. Ela era fiel somente a si mesma, por isso tanto poder, por isso incomodar tantos.

Conforme Balzac escreve na Introdução, a “Florentina” (como a personagem era chamada) não é somente um personagem histórico, mas também uma referência no estudo da política moderna. Catarina nasceu e cresceu no meio político, foi fruto do que vivenciou, aprendeu na prática as inconstâncias da política em Florença. Nesta, a disputa pelo poder era visceral. Catarina experimentou dentro da própria família o amargo sabor da discórdia e da dissimulação. Ficou órfã de pai e mãe logo ao nascer; expropriada, foi um brinquedo na mão dos Médicis, tendo sido usada convenientemente em acordos. Desde os nove anos já presenciava e participava das relações políticas e, quando assumiu o poder, não beneficiou a ninguém, mas agiu de acordo com seus próprios interesses.

A preocupação dos reis à época de Catarina era anexar outros reinos por meio de casamentos estrategicamente arranjados, de forma a revestir suas casas de grande poder, seja por meio da expansão territorial, seja pela expansão comercial. Foi mais ou menos nestes termos que ocorreu o arranjo do casamento de Catarina de Médicis com Henrique II da casa dos Valois.

Quando a “Florentina” chegou à corte da França não foi vista com bons olhos. Os súditos de Francisco I achavam que seu filho Henrique de Valois não fazia um casamento condizente com sua linhagem, pois a autenticidade de nobreza de Catarina era duvidosa. Entretanto, graças a esta aliança, os Valois puderam permanecer no poder até a extinção da casa, com Henrique III.

Estando ela na corte da França sua sorte não mudou muito, continuou sendo alvo de desconfianças e, vigiada constantemente, percebeu que sua situação era frágil. Porém, graças à sua perspicácia e desenvolvendo os seus sentidos ao extremo para tentar entender como funcionavam as relações no reino, logo tratou de se juntar ao sogro. As privações a que era submetida ajudaram-na a desenvolver, como forma de defesa, um comportamento estrategicamente observador. Soube lidar com as dificuldades do seu casamento, não demonstrou fraqueza de emoções frente às ameaças dos seus inimigos, pois sabia que sua sobrevivência e o sucesso de seus planos políticos dependiam da sua capacidade de articulação. O sentimentalismo, portanto, teria de ser sufocado ou pelo menos não ser manifestado na frente dos outros.

Quando seu filho, Francisco II, assumiu a coroa, juntamente com Maria Stuart, Catarina enfrentou mais uma vez a ameaça de perda do poder, pois os Guise armavam planos para

tomar a coroa. A Rainha-mãe, então, teve de se desdobrar para que esse fato não se consumasse.

Balzac (1992, p.383) soube retratar o clima destas conspirações:

O jogo de todas as paixões complicava, pois, estranhamente, o da política, fazendo desta uma partida dupla de xadrez onde era necessário observar o coração e a cabeça de um homem para saber, na ocasião, se um não desmentiria o outro. Embora incessantemente em presença do cardeal de Lorena e do Duque Francisco de Guise, que desconfiavam dela, a inimiga mais íntima e mais hábil de Catarina de Médicis era a sua nora.

As conversas dentro da corte eram de extrema hipocrisia: os assuntos às vezes eram banais, outras vezes sarcásticos e em outros momentos eram grandes exaltações pessoais. O verdadeiro fato é que eram estrategicamente formuladas como se fossem uma linguagem enigmática, códigos que só os interesses opostos poderiam traduzir. Os gestos, as expressões, eram meticulosamente observados e estudados, a fim de se descobrir as reais intenções escondidas em ardilosos pensamentos.

Essa era uma batalha que se travava além das palavras e dos gestos; a preocupação era com o que não se dizia, com aquilo que não se demonstrava. O clima era de dissimulações e instabilidades emocionais, pois a qualquer momento poderiam acontecer fatos inesperados, como as frustradas tentativas dos Guise de prender Catarina sob acusação de ajudar os protestantes. Ela conseguiu sair ilesa de tais acusações, mesmo que isso tivesse custado algumas vidas.

A essa época (segunda metade do século XVI), as guerras religiosas entre a igreja católica e os reformados permitiu à Rainha-Mãe fazer alianças que poderiam fortalecê-la. Ela usou os

protestantes para manter o poder, mas quando se viu ameaçada por eles, não hesitou em ordenar a Carlos IX que eliminasse os hereges.

Segundo Balzac (1992), para entender esse movimento político, é preciso compreender também que as lutas travadas entre os católicos e os reformados (mais tarde chamados de calvinistas) visavam o controle do poder e não só a legitimação da religião protestante. O que Calvino se propunha era muito mais a busca do poder do que simplesmente a liberdade de culto. Assim relata Balzac (1992, p.393):

Adversários da Reforma, eles conservavam o poder em suas mãos e queriam sufocar a heresia; mas, se foi menos famoso que Lutero, Calvino, seu adversário, era mais forte que Lutero. Calvino via então o governo lá onde Lutero não tinha visto mais que o dogma. Lá onde o gordo bebedor de cerveja, o apaixonado alemão se batia com o diabo e lhe atirava o tinteiro na cara, o picardo, celibatário doentio, fazia planos de campanha, dirigia combates, armava príncipes e sublevava povos inteiros, semeando as doutrinas republicanas no coração das burguesias, a fim de compensar as suas contínuas derrotas nos campos de batalha por progressos novos nos espíritos das nações.

Em contrapartida a Igreja católica não descansou em sua perseguição para extirpar esta ameaça latente.

Como a própria história mostrou, a caça “às bruxas” não extinguiria as divergências. Pelo contrário, só adiaria a reforma, pois a semente da revolução já estava plantada. Doravante, huguenotes, judeus e até mesmo os católicos irão voltar à mesma cena para reclamar e proclamar a “verdadeira reforma”, uma revolução burguesa pelo poder e não pela religião.

Catarina é citada pela história como a mais célebre filha da igreja, porém mais ainda como a sanguinária, assassina de protestantes. Assim, parece que todo seu trabalho, a forma complexa de manter o poder, foi trocado pela noite de 24 de agosto de 1572. Para Balzac, na verdade,

naquele contexto, era preciso atacar antes de ser atacado, pois o lado oposto o teria feito se tivesse tido tempo.

Todo poder, legítimo ou ilegítimo, deve defender-se quando é atacado; mas, coisa estranha!, lá onde é heróico na sua vitória sobre a nobreza o poder passa por assassino, em seu duelo com o povo. Enfim, se ele sucumbe depois do seu apelo à força, o poder ainda passa por imbecil (BALZAC, 1993, p.318).

Portanto, Balzac (1992, p.320-321) entende que Catarina cumpriu seu papel na história da monarquia. Sabia que em política era preciso se impor e que não havia lugar para discussão ou debate:

Segundo Catarina e segundo todos os que são partidários de uma sociedade bem organizada, o *homem social*, o súdito, não tem livre-arbítrio, não deve professar o dogma da liberdade de consciência nem ter liberdade política. *Súdito e livre* são em política dois termos que se contradizem, do mesmo modo que a idéia de cidadãos *todos iguais* constitui um contra-senso que a natureza desmente a toda hora.

Embora ela não tenha sido instruída para o poder, fez escola. Foi um modelo copiado por alguns, mas jamais se conseguiu alcançar a sua majestade. Onde muitos homens ruíram, ela se impôs. Dentro de seu universo feminino, Balzac talvez tenha reservado a Catarina um lugar nos estudos filosóficos por ser grande simpatizante do regime Monárquico. O destaque dado à figura desta rainha e à sua história pode significar a defesa de sua concepção de política, conforme a opinião de Bernard Guyon citada por Rónai (1992, p.309):

O caráter ‘fantástico’ da narrativa... leva Balzac a abrigar o seu pensamento pessoal por trás de suas personagens, tudo isso não deve impedir-nos de ver que estamos na presença de uma das teses centrais do seu sistema político. Essa tese que, em 1830, Balzac não teve a coragem de enunciar em seu próprio nome, introduzindo por isso no conto de um narrador indefinido.

Este método é muito comum na produção balzaquiana. Ele utiliza-se muitas vezes de seus personagens para exprimir opiniões que não quer assumir publicamente como suas. O recurso funciona como mecanismo de proteção, mas também comporta uma imensidão de combinações e possibilidades que podem ser utilizadas de forma a revelar os sentimentos do autor em relação ao meio em que vive.

Em *Sobre Catarina de Médicis*, o autor de *A Comédia Humana* retratou a sociedade corrompida pelos interesses individuais, pela busca desmedida do poder. Não se restringiu à França, mas mapeou politicamente a divisão da Europa. Muito preciso, soube relatar com riqueza de detalhes o ambiente das relações políticas e econômicas, não economizando personagens históricos para melhor ilustrar o momento.

Uma das características desta obra é que, através da reconstituição feita pelo autor, Catarina se faz, se justifica e se basta. Balzac procura não defender diretamente a Rainha-mãe. Apesar de, em alguns momentos, ficar explícita sua simpatia por Catarina e pela sua forma de absolutismo, ele deixa que ela própria tome forma e que cada leitor faça a sua própria análise. Como estudioso do comportamento humano, ele não deixou de ser um severo crítico da falta de comprometimento, do apego ao materialismo, da política inescrupulosa e sem poder legítimo, do individualismo exacerbado que fez do homem de seu tempo um egoísta, sem ética e sem engajamento social. Essas reflexões aparecem no momento em que ele faz uma comparação entre a Monarquia Absolutista dos tempos da casa dos Valois e a República de sua época, que a burguesia soube tão bem planejar e instaurar, mas que abandonou à sua própria sorte.

*Sobre Catarina de Medicis* é mais que um estudo filosófico, é mais que uma crítica à política do século XIX, é, acima de tudo, um protesto e um alerta às gerações vindouras. Em uma passagem da introdução, ele faz uma espécie de pregação: “o poder deverá, num tempo dado, para devolver à França a sua superioridade, reconquistar o absolutismo...” (BALZAC, 1992, p.310).

O ponto nevrálgico da sua obra está aí colocado: na verdade, quando Balzac escreve, seu interesse não é somente pelo personagem histórico, o qual foi escolhido estrategicamente. Ele está se colocando contra a reforma e contra a liberdade sem limites, as quais, no seu entender, levam somente à destruição das instituições duramente construídas no decorrer da história e desembocam na ruína social. Portanto, ele prefere qualquer absolutismo a ter de conviver com um sistema de tolerância: “[...] apesar de sua profissão de fé católica e sua atitude legitimista, prefere qualquer absolutismo – mesmo o de Robespierre – a qualquer sistema de tolerância, a ponto de aplaudir Marat e o Terror por assemelhar-se ao regime de Catarina” (BALZAC, 1992, p.310).

Nossa intenção ao produzirmos este texto, não é de concordar ou discordar seja da historiografia seja de Balzac, nossa preocupação está focada na busca do personagem histórico desmistificado, em torná-lo um instrumental para o entendimento das relações sociais (política, educação, família).

Este romance ajuda-nos a entender melhor como, neste jogo de forças em luta, ocorreram as complexas transformações e, assim, ajuda-nos também a evitar o risco do partidarismo ou de preconceitos. Sabemos que, apesar de difícil, esta tarefa é possível de ser realizada.

Como o objetivo deste trabalho é refletir sobre as questões familiares e educacionais representadas por Balzac, passaremos a ampliar nossa análise, relacionando a obra ao seu tempo histórico.

Primeiro, Balzac não está simplesmente se reportando ao tempo de Catarina, mas também utilizando-o como cenário de sua análise social. Ou seja, ele utiliza o modelo de romance histórico para embasar suas opiniões políticas e a sua defesa do regime monárquico.

Segundo, a história individual de Catarina não é o tema central da obra, apesar de ela se fazer presente o tempo todo. Sua preocupação é representar relações mais amplas. Têm papel de destaque as relações familiares, tanto dentro dos cômodos do castelo, que simbolizam o poder político, como as que se estabelecem entre o comerciante de peles, o senhor Lecamus, e seu filho Cristóvão, representando, através deles, os mecanismos de manutenção da vida social. Outro fator fundamental é a análise política: Catarina representa a nobreza, enquanto o vendedor de peles é o retrato da burguesia. Vista deste prisma, a obra toma mais profundidade. Pode-se entender que, baseado em fatos históricos, Balzac representa uma nobreza, cuja tradição é saber não só governar, mas, com firmeza e mesmo sobre pressão, manter o domínio, a unidade e o poder solidificado. É isto que ele faz com Catarina de Médicis, “em quem ele – de acordo com a opinião de seu tempo – via uma calculadora consciente, uma adepta perfeita de Maquiavel e uma encarnação da razão de Estado contra os partidos e os indivíduos, até contra os seus filhos” (RÓNAI.1992 p.306).

O vendedor de peles (Lecamus), que representa a burguesia, também luta pelo poder e pela afirmação social. A postura do pai ao ver o filho envolvido com o movimento protestante, a ponto de ter a missão de levar uma mensagem conspiratória até a rainha mãe, é reveladora.

Seus planos para o filho eram a magistratura e um casamento com a filha de um rico ourives, para o que se dispunha a juntar metade da sua fortuna ao dote da filha do ourives e, assim, adquirir um grande domínio de terra senhorial. Todavia, reconhecendo o risco de tal empreitada, ele comportou-se de maneira estratégica, pois viu na ação do filho também uma possibilidade de garantir o futuro da família. Ou seja, ele aceitou os planos do filho, mas, como a situação dos protestantes era delicada neste período, resolveu permanecer católico.

O fabricante de peles resolvera permanecer, acontecesse o que acontecesse, católico, realista e parlamentar; mas convinha-lhe, *in petto*, que o seu filho pertencesse à Reforma. Ele se sabia bastante rico para redimir Cristóvão, se este viesse a se comprometer demasiado; depois se a França se tornasse calvinista, seu filho podia salvar a família em alguma daquelas furiosas agitações parisienses cuja recordação estava presente à burguesia e a que ela devia dar início durante os reinados. (BALZAC, 1992, p.368).

Podemos perceber aí o redirecionamento dos interesses do chefe da família Lecamus. O velho pai mantém em segredo todos os seu planos. Tentando estrategicamente se cercar de todos os lados e sabendo que é uma jogada, assume todos os riscos. Podemos entender que, neste comportamento, manifestam-se as relações capitalistas dentro da família. Ou seja, também nesta esfera, segundo os jogos de interesse, as pessoas são utilizadas como cartas de diferentes valores e funções, podendo ser sacrificadas no momento necessário.

Este tipo de relações permeia todo o livro, seja no caso do senhor Lecamus com seu filho seja no de Catarina com seus filhos. O jogo de poder, de protecionismo financeiro parece estar acima dos laços afetivos. Os chefes de família, enquanto tal, devem em primeiro lugar saber posicionar os seus membros de forma a aproveitar de cada um o que de melhor têm para dar.

O senhor Lecamus prefere pagar o preço que custar tanto a ele como ao filho, desde que seus fins sejam garantidos. Ou seja, ele é tão maquiavélico quanto a própria Catarina no seu jogo familiar.

Este é o retrato que Balzac pinta da sociedade burguesa: nela o lucro e a posição social corrompem todos os sentimentos humanos e despertam as paixões pelo poder material.

Visando não perder a coroa e dar continuidade à sua linhagem, Catarina governa exaustivamente as possibilidades, para que o mais indicado de seus filhos tenha o poder nas mãos. Assim como o sr. Lecamus, ela sabe que terá de sacrificar os outros filhos, usando Carlos como bode expiatório e Margot como ponte para uma aliança que resultaria na concretização do domínio absoluto.

Lecamus acompanha todo o sofrimento do filho, administrando as possibilidades de ele chegar vivo e poder, então, alcançar os objetivos: a conquista de status social e a prosperidade econômica.

Cristóvão, mesmo torturado, consegue alcançar, não os seus objetivos particulares, mas sim os de seu pai, pois recebe como gratidão um cargo respeitável e uma pensão.

Esses dois retratos são típicos da família contemporânea de Balzac. A figura do pai significa o rei com seu pequeno séquito de súditos. Após a revolução, a importância que ele dá à figura paterna revela sua posição quanto à necessidade de se instaurar dentro da família esta condição perdida na política. Para o Estado, reconstituir esta instituição é fundamental para o progresso e domínio social.

Cada família é uma pequena célula da sociedade, conduzida pelo pai e controlada pelo estado, revelando uma nova forma de dominação, uma mudança fundamental no papel desenvolvido pelo pai, pela mãe e pelos filhos. Cada qual tem sua função bem definida, porém todos são guiados pelo poder central encarnado na função do chefe de família, o pai que substitui a figura do rei.

Veremos dentro da obra balzaquiana as mazelas produzidas pelas leis do capitalismo refletidas na desintegração da família enquanto enlace afetivo. Este, aos poucos, vai sendo substituído pela cobiça do ouro, pelo potencial de cada um no conjunto dos interesses pessoais, pela ganância que destrói qualquer sentimento de remorso.

Constantes confrontos entre pais e filhos, assassinatos, suicídios, doenças neurológicas, longos sofrimentos são cenas comuns dentro da *Comédia Humana*, refletindo a imagem da insegurança, da degradação, do descontentamento de uma sociedade sem identidade.

## **3.2 O FILHO MALDITO**

### **3.2.1 A luta pela preservação da tradição nobre**

*O Filho Maldito* (L'Enfant Maudit), que faz parte da série *Estudos Filosóficos* de A Comédia Humana, foi publicado pela primeira vez em 1831 em duas edições diferentes, uma no *Revue des Deux-Mondes* e a segunda em um volume; em 1836, na *Cronique de Paris*, surgiu uma

terceira parte. A partir de 1837, essas três versões foram publicadas conjuntamente em um único volume.

Alguns críticos desaprovam a qualidade da obra e não entendem o motivo pelo qual o autor insistiu em colocá-la entre seus trabalhos. É o caso de Rónai (1992, p.16), que manifesta sua concordância com L.J.Arrigon:

[...] prefiro qualificar com L.J. Arrigon (Les Années Romantiques de Balzac) *O Filho Maldito* de ‘melodramática história’, em nada superior a inúmeras produções do baixo romantismo, sem nenhuma força convincente. É, em suma uma obra parecida com as da primeira fase, mas o romancista não teve o bom senso de renegá-la e incluiu-a por força em *A Comédia Humana*, com a qual não tem nenhuma ligação natural.

Realmente os conhecedores do universo balzaquiano devem achar a narrativa um pouco diferente de sua costumeira estética. Porém, como o autor nem sempre deixa claro quais são suas intenções, entendemos que existe uma abertura para se conceber *O Filho Maldito* como uma meditação semelhante à filosófica, na qual Balzac parece se contrapor à teoria do “homem natural” de Rousseau.

Assim, sentimo-nos livres para, a partir de nossa compreensão e de nossos preconceitos contemporâneos, interpretar esse texto como algo mais do que uma narrativa romanesca. Nele, Balzac tenta se aproximar das reflexões metafísicas platônicas juntando-lhes uma pitada de misticismo, pelo qual ele revela certa simpatia. Esse tema aparece em várias outras obras do autor, como *Catarina de Médicis*, por exemplo, na qual ele dedica um capítulo à uma figura mística de Cosimo Ruggeri.

Rónai (1993, p.16) também fala da influência rousseuniana na representação que Balzac faz da educação neste romance, principalmente quanto ao amor de Gabriela e de Estevão:

Essa moça é criada dentro de casa, no meio de uma propriedade rural...Faltam-lhe totalmente noções de vida social...Mas que o autor a considere com manifesta saudade e veja nela quase que um ideal de educação feminina é mais que surpreendente: ele se deixou levar longe demais por suas concepções orientais do amor e as reminiscências do homem natural de Rousseau.(Rónai. 1992, p. 16)

Quanto a nós, consideramos que, muito além disso, a obra trata da educação, das relações sociais e dos sentimentos puros no homem. Percebemos, em *O Filho Maldito*, o constante confronto entre a nobreza e a burguesia, não como uma sobreposição de um ao outro, mas como dois lados essenciais que convivem entre si na mesma sociedade.

Partindo deste princípio, consideramos que Balzac, muito além de uma simples história individual, mostra o processo histórico, cuja lei básica é a contradição. Em nenhum momento da narrativa ele se posiciona em defesa das partes, pelo contrário, ele deixa que os fatos falem por si. Assim sendo, o que sobressai é a crítica à sociedade burguesa com suas contradições internas, nas quais as partes lutam para se manterem como classes sociais.

Vista deste prisma, a obra é fundamental para quem, com base numa análise social do século XIX, pretende se dedicar à questão da educação, pois nela o autor chama a atenção para as diferentes formas de valores apreendidos pelas diferentes classes sociais.

Veremos então Balzac (1992, p.48) concretizar esta idéia ao contrapor a educação concedida a Estevão e a educação ministrada a Maximiliano.

O duque [...] educou Maximiliano num santo horror aos livros e às letras; inculcou-lhe os conhecimentos mecânicos da arte militar, fê-lo montar a cavalo cedo, atirar de arcabuz e manejar a adaga. Quando o filho cresceu, levou-o a caçar a fim de que adquirisse aquela selvageria de linguagem, aquela rudeza de modos, aquela força muscular, aquela vivacidade no olhar e na voz que na sua opinião caracterizavam o homem perfeito. O pequeno gentil-homem, aos doze anos, era um leãozinho muito mal amansado,

temível para todos tanto pelo menos como o pai, tendo permissão para tyrannizar tudo nos arredores e tudo tyrannizado .

Maximiliano recebe uma educação pautada na defesa e na força; aliás, a guerra é a primeira atividade desempenhada pelo nobre, depois virão as atividades econômicas e, com muita sorte, a arte propriamente dita.

Já Estevão recebe uma formação bem diferenciada.

Beauvoulour foi encarregado de iniciar Estevão nos mistérios das ciências naturais. A duquesa que superentendia ela mesma os estudos a fim de dosá-los de acordo com as forças do filho, recreava-o ensinando-lhe o italiano e revelava insensivelmente as riquezas poéticas dessa língua. Enquanto o duque punha Maximiliano diante dos javalis, correndo embora o risco de o ver ferir-se, Joana enveredava com Estevão pela via Láctea dos sonetos de Petrarca ou pelo labirinto gigantesco da *Divina Comédia* (BALZAC. 1992 p.49).

Estevão é a figura da pureza do homem sem ambição; excluído do seu lar desde pequeno, ele não sente as perdas materiais que lhe foram impostas em troca da sua vida e vive longe do meio social. Seu contato com o mundo é simplesmente através dos encontros com a mãe e com o preceptor e das longas caminhadas e meditações aos redores da choupana onde mora. Sua única tristeza é a distância da mãe, a própria figura da abnegação e do despojamento. Em momento algum ele demonstra qualquer traço de rancor ou ódio, não por bondade, mas pela ausência de tais sentimentos. Ele desconhece os valores dos bens materiais, vive longe da sociedade e não sobreviveria se lhe fosse imposto conviver nesse meio. Só isso já seria um motivo justificável para Balzac matá-lo.

Composto segundo a máxima de Rousseau (1986, p.42): “o homem é naturalmente bom, o mal é consequência da sociedade”, o filho maldito não é dotado dos artificios necessários para responder aos estímulos da sociedade, que muito rápido o tragaría. Sua mãe conhecia tão bem estas leis que, durante a educação do filho por um preceptor sacerdotal, opôs-se à proposta de

formar o filho como padre, pois sabia que, se assim o fosse, ele deveria ser integrado ao convívio social. Em outras palavras, depois de zelar por sua vida, a mãe o entregaria aos leões.

Estevão, preso em seu mundo, era indiferente a tudo que acontecia à sua volta. Ele vivia em um estado quase de constante meditação, cujas maiores ferramentas eram as emoções proporcionadas pelas sensações mais primitivas. Sua forma de vida era muito próxima da que pregava Rousseau, quando incitava ao resgate do homem, não para a selva, mas para dentro de si próprio. Em alguns momentos, chegamos a confundir Estevão com um animal enjaulado em seus próprios sentimentos e que, preso em seus devaneios, não acha o sentido da vida a não ser em seu habitat, um mundo fictício só seu. Portanto, retirar Estevão deste meio tem o mesmo efeito que retirar um peixe do aquário:

A estudiosa poesia cujas ricas meditações nos fazem percorrer como botânicos os vastos campos do pensamento, a fecunda comparação das idéias humanas, a exaltação que nos dá a perfeita compreensão das obras do gênio se haviam tornado as inesgotáveis e tranqüilas felicidades de sua vida sonhadora e solitária (BALZAC. 1992, p.51).

A figura do pai, o conde D'Hérrouville, representa o lado oposto da sociedade, o homem ávido por riquezas, um gigante que perdeu o sentimentos, que também não sente remorsos, mas é movido pelo ódio, pela vingança, pela ambição. Um ser despótico, absolutista, ou seja, o oposto da sua esposa Joana e do seu filho Estevão.

O conde é uma figura tão reveladora e importante quanto a de Estevão, pois, por meio dele, apresenta-se a imagem real e cotidiana da nobreza. Maximiliano, o filho considerado como único e verdadeiro, recebe uma educação para poder conviver nesta sociedade. Ao contrário daquele, este é forte e impiedoso, a própria figura de um guerreiro, destemido e desprovido de

sentimentos humanitários; destes, ele tem o suficiente para viver e progredir no meio social, pois assim seu pai o preparou. A luta do conde e o empenho na educação de Maximiliano refletem a luta da nobreza para assegurar os seus bens e principalmente sua linhagem.

Balzac trabalha assim com duas visões do homem como elemento social: uma “utópica” ou ideal, porém, levada ao exagero poético e místico. A outra, a “real”, apresentada cruamente sem pudores, pronta a ser interpretada pelo leitor.

É interessante considerar que a preservação da vida de Estevão depende do capital sim, pois se o conde o tivesse matado com as próprias mãos perderia todo o direito aos dotes de sua mulher. O pai se comporta como um brilhante negociante, pois, além de não reconhecer como seu um filho de estrutura fraca e de origem duvidosa, aposta todas as fichas investindo no filho em quem reconhece todos os elementos necessários para a conquista de mais bens e prestígio político.

Como tudo no mundo capitalista é negociável, quando o pai perde Maximiliano antes que cumpra seu papel, ele não se constrange em fingir clemência para com Estevão, interessado não no filho, mas sim na produção de uma nova prole. O filho maldito então será usado como instrumento de uma desesperada tentativa da preservação da linhagem nobre.

O que vemos então no desfecho desta parte é o confronto das duas forças próprias do homem, o sentimento – no caso o amor – e o poder do dinheiro. No mundo real só uma poderia sobreviver e Balzac não teve dúvida ao optar pela morte de Estevão juntamente com sua outra metade Gabriela.

Dois modelos de educação confrontam-se na narrativa. Balzac representa o vigor do conde, que luta para não deixar que a tradição e os valores da família, intimamente ligados à história de seu povo, terminassem, nem que para isso ele mesmo tivesse que tentar ter mais um filho. Com disso, ele deixa transparecer que o capitalismo não é a sociedade ideal, mas também não propõe um homem ideal, pelo contrário, demonstra, por meio de Estevão, sua impossibilidade.

Em *O Filho Maldito*, o autor trabalha justamente a transição do feudalismo para o capitalismo, demonstrando os embates no interior da sociedade. A nobreza lutando por se manter viva, a burguesia tentando se firmar como classe dominante. O equilíbrio seria a sociedade ideal, porém o autor reconhece na burguesia a responsável pelo desastre e pelos confrontos no interior do capitalismo, que ela própria criou.

Balzac tem a nítida noção de que a sociedade capitalista estava fadada a confrontos estruturais profundos. Essa certeza decorria não dos sintomas da fase de transição e de construção dessa nova sociedade, mas de sua percepção das bases sociais e econômicas sobre as quais ela se firmava.

### 3.3 GOBSECK

#### 3.3.1 O traço das relações capitalistas

Esta obra de Balzac apareceu pela primeira vez em 1830, na primeira edição de *Cenas da Vida Privada*, com o título *Os Perigos do Mau Comportamento* (L'es Dangers de l'Inconduite). Em 1835, na primeira edição de *Cenas Parisienses*, reapareceu com o título *Papai Gobseck* (Papa Goseck). Por fim, em 1842, a partir da quinta edição de *Cenas da Vida Privada*, recebeu o título de *Gobseck*.

Tais mudanças explicam-se pelo fato de que um volume deveria conter um mínimo de páginas, e Balzac, muitas vezes premido pelas dificuldades financeiras, completava o número de páginas de um volume com uma obra já publicada em outro.

Mais de uma vez, para completar um volume ou uma série de volumes, o escritor precisava de certo número de páginas e então, sem excesso de escrúpulos, retirava uma obra de algum volume anterior e acrescentava-o ao novo, modificando-lhe mais uma vez o título (RÓNAI, 1992, p.475).

*Gobseck*, apesar de ter um montante de páginas relativamente pequeno, é um romance de peso na obra balzaquiana. Sua figura é muito reveladora, não só porque Balzac descreve as práticas do usurário, mas também porque, por meio dele, traça o perfil da sociedade e dos valores materiais no século XIX.

Segundo Grib, em *Balzac. Uma Análise Marxista*, na ótica de Gobseck e de sua filosofia da usura, está representada a escravidão própria da sociedade burguesa e o poder fantástico que o dinheiro exerce no capitalismo:

Gobseck é o poeta da usura...o único prazer de um ente que pensa consiste em contar bilhetes e receber juros; a mortificação completa da carne, a abstenção total de todos os prazeres terrenos por causa da delícia maior: o lucro...(GRIB, 1952, p.31).

E ainda:

Gobseck, o ogro fantástico que personifica o poder do ouro é a encarnação perfeita das tendências básicas da civilização capitalista, mostrando de forma simplesmente lógica, por assim dizer, o curso daquelas tendências. Destruindo tudo em seu caminho – economia, política, família, ética – o egoísmo completa o ciclo de destruição (GRIB, 1952, p.35).

Graças a narrativa de Derville, seu confessor e aprendiz, percorremos o universo corrompido dos salões, as intrigas familiares, as traições e os interesses escusos; tudo está à mostra neste pequeno romance.

Para Grib (1952), Gobseck, como personagem de *A Comédia humana*(*uniformizar esta indicação: ora está em itálico ora não*), tem o posto de maior dos usurários e avaros. Ele vai inspirar a criação de todos os outros sovinas, porém, numa escala de grandeza, Gobseck é o primeiro e o mais genial. Ele constitui e simboliza as forças que movimentam a vida da sociedade, ditam as leis, decidem os destinos, porém apresenta como uma força motriz sempre escondida por uma cortina de hipocrisia. Ou seja, todos conhecem essas forças, sabem que elas existem e qual o seu papel, mas não o admitem. Gobseck é uma figura necessária dos bastidores criados pela sociedade capitalista.

Durante a obra, o usurário faz várias análises de tipos sociais, sobre os quais ele se mantém informado e dos quais sabe todos os detalhes, tanto pela necessidade de sua profissão como

também por ser obcecado. É aliás, por meio deste aspecto da ótica de Gobseck, que Balzac tece todas as suas opiniões acerca da sociedade capitalista.

A crítica que Balzac faz nessa obra está diretamente relacionada com o modelo de vida econômica da burguesia, mostrando o seu lado depredatório, destrutivo.

É este o aspecto crítico que se manifesta na principal narrativa de Derville, o qual, desde o princípio da obra, refere-se à condessa de Restaud e ao seu caso com o sr. de Trailles. Ele revela a conduta destrutiva que afeta ela e sua família, pois, como para ela o casamento não passa de um pacto comercial, sua decisão foi buscar o amor fora do casamento. O final do romance é a representação do purgatório, onde, pela falta de sentimentos, a condessa estaria fadada a pagar sua pena.

Importante lembrar que a condessa de Restaud é condenada não pelo desprezo ao marido, nem por usar o filho primogênito- preferido do pai por talvez ser o único verdadeiramente legítimo dos três filhos –, mas sim pelo desprezo que demonstrou ter pelo pai, o sr. Goriot, que morreu sem o amor da filha a quem ele tudo dedicou. Como uma exploração das chagas familiares, *O Pai Goriot* talvez seja o romance no qual Balzac elucida o destino da condessa.

Poderíamos entender parte da obra balzaquiana como um meio de ele confessar algumas de suas experiências? Poderíamos entender, em grande parte, a representação de traições femininas, da insensibilidade e do comportamento pouco maternal de muitas mães como uma referência ao convívio difícil com sua mãe e a algumas situações que o marcariam por toda a vida? Conforme Robb (1995, p.39-42),

Madame Balzac media o sucesso social pela inveja que provocava nas outras mulheres e era um alvo evidente de mexericos. Mesmo na avançada idade de 35 anos era muito atraente e tinha a vantagem de ser casada com um homem mais velho que ignorava seus casos em nome da paz doméstica. (Os romances de seu filho estão cheios desses maridos esclarecidos) [...] Soubesse ele ou não o que estava acontecendo, lembranças e suspeitas desagradáveis constantemente afloram em sua obra.

Robb (1995, p.42) ainda registra a tentativa de suicídio de Balzac:

Essa foi a primeira de uma série de tentativas de suicídio registradas, nenhuma delas visando realmente à morte. E essa primeira tentativa tanto podia dever-se ao fato de Balzac saber das aventuras românticas de sua mãe quanto ao fato de não sentir-se amado.

As relações capitalistas dentro da família estão representadas desde as primeiras páginas, quando a mãe de Carolina, a Viscondessa de Grandlieu, preocupa-se e reprime a filha ao perceber seu interesse pelo Conde de Restaud, filho primogênito da Condessa de Restaud. A preocupação da mãe com os bens da família e o reconhecimento de que essas relações poderiam ferir sua imagem no contexto da sociedade parisiense são constatadas na seguinte fala da Viscondessa:

**-Camila, se continuar a portar-se com o jovem Conde de Restaud de modo por que o fez esta noite, vai obrigar-me a não mais recebê-lo.** Ouça, minha filha, se tem confiança em mim, deixe que eu a guie na vida. Aos dezessete anos não sabemos avaliar nem o futuro nem o passado, e tampouco certas considerações sociais. Vou fazer-lhe uma única observação. O sr. De Restaud tem uma mãe que devoraria milhões, é uma mulher de baixo nascimento, uma srta. Goriot que, outrora deu muito o que falar de si. Portou-se tão mal com o pai, que não mereceria, certamente ter um filho tão bom. O jovem conde adora-a, e ampara-a com uma piedade filial, digna dos maiores elogios: é sobretudo extremamente cuidadoso com o irmão e a irmã. Entretanto – continuou a viscondessa com ar sutil -, por mais admirável que seja esse procedimento, enquanto a mãe existir, todas as famílias tremerão de medo à idéia de confiar a este pequeno Restaud o futuro e a fortuna de uma moça (BALZAC, 1992, p.478).

Além da análise moral sobre a figura da sra. Restaud, no plano principal das observações da viscondessa estão os riscos de se aplicar os capitais de uma moça em uma família de perfil

duvidoso. Mesmo sabendo que potencialmente terá de enfrentar os sentimentos da filha, a mãe os reprime antecipadamente.

Camila, por sua vez, influenciada pelos valores burgueses, olha o jovem rapaz pensando também no seu potencial monetário. Isto pode ser constatado num diálogo com o sr. Derville durante o baile:

[...]Camila, disse-lhe, indicando o jovem conde:

- Que pena não ter esse rapaz uns dois ou três milhões, não acha?

- Será isso um mal? Não creio – respondeu ela. – O sr. De Restaud tem muito talento, é instruído e muito apreciado pelo ministro com o qual trabalha. Este rapaz terá a fortuna que quiser no dia em que alcançar o poder.

- Sim, mas, e se já fosse rico?

- Se já fosse rico... – disse Camila corando – creio que todas as moças que aqui estão o disputariam – acrescentou apontando as

- quadrilhas.

... ela o ama – pensou Derville (BALZAC. 1992, p.480).

Este diálogo revela em que estão pautados os valores humanos na sociedade capitalista. A importância do indivíduo está ligada à sua capacidade para acumular capitais. Falar em talento significa falar da capacidade de angariar dinheiro. Sem isto, pouco ou nenhum valor tem o homem nesta sociedade.

Camila já o sabia, pois sua educação está em sintonia com o seu tempo. Ama o sr. de Restaud, porém só vislumbra um futuro ao seu lado se ele puder mostrar sua capacidade capitalista.

Como já foi mencionado, o sr. Derville desempenha a função de narrador durante todo o conto, com as exceções dos ricos diálogos com Gobseck. Estes também são fundamentais para que Balzac desvende as relações capitalistas nas relações familiares.

Derville inicia sua história como forma de tentar se redimir e defender o jovem Conde de Restaud, porém, para fazê-lo e justificar sua tese, precisa voltar ao passado. É quando entra em cena o sr Gobseck e, com ele, toda a estrutura capitalista.

Balzac utiliza a sagacidade desse personagem usurário para poder traçar suas idéias referentes à estrutura social. Assim, por meio desse mecanismo estético, ele expressa sua concepção de que, nesta sociedade, conservam-se alguns conceitos da antiga sociedade feudal, como é o caso da nobreza de sangue entrando em choque com a nobreza enriquecida. Em toda a narrativa manifesta-se a idéia de que esta sociedade vive um momento ambíguo, no qual se tentam conservar antigas tradições dentro de um contexto novo. Neste caso, não pesa somente o novo regime, mas também o resíduo do antigo em contradição com o atual, O que Balzac traduz como “costumes”, de acordo com sua concepção, é uma França sem identidade, na qual os resquícios cambaleantes de um velho tempo tentam viver dentro de um novo conceito de homem. É a dialética social da sociedade burguesa, tão concreta na obra balzaquiana.

O homem que vale não é o que nasce nobre, pois isto já não garante seu sucesso e prestígio; nesta época o que realmente importa é o fazer-se: produzir e acumular riquezas são as palavras de ordem.

No entanto, este resquício da velha aristocracia desempenha na nova sociedade um papel semelhante ao de Don Quixote, preso a um tempo que já não existe e recusando-se a encarar a realidade. Esses homens pregam valores e tentam a todo custo manter sua posição de verdadeira nobreza, na esperança de que, talvez, ainda consigam voltar aos tempos gloriosos do feudalismo.

De fato, esta nobreza consegue, ainda por certo tempo, exercer fascínio sobre os “novos ricos”. Quantos burgueses não dão parte do que têm para serem reconhecidos como verdadeiros nobres? Muitos tentam isso através de casamentos arrumados ou da compra de títulos, porém existem aqueles que o fazem com mais consciência, dentro da família burguesa: em primeiro lugar, os filhos são instruídos a administrar os capitais familiares, demonstrando que, desta forma, existe uma busca pela profissionalização, pela instrução nos negócios. Preferem, antes de saber esgrimir uma espada, aprender a aplicar na bolsa.

Os costumes ditam o que fica de estereótipo, sim, porque, dentro em pouco, o que sobrar dos títulos será somente um rótulo. Porém quem determina o que fica de concreto é o dinheiro, não importando o nascimento, mas sim o que se constrói.

Os personagens mais ricos da “Comédia Humana” são provenientes de famílias muito pobres e, desde muito jovens, tiveram que se dedicar ao trabalho árduo, construindo seu patrimônio, seu império. Ao fazer isso, porém, tornaram-se escravos do trabalho e do dinheiro:

O mecanismo nivelador da civilização burguesa, segundo Balzac, priva um homem de sua individualidade, converte-o num autômato, encadeia-o à rotina monótona de um ofício, sufoca todas as suas capacidades e energias...(GRIB, 1952, p.35).

Entendemos que Balzac reconhece no meio de vida burguês a capacidade de acumular riquezas, porém, ao mesmo tempo, ele entende que o homem se torna prisioneiro do seu próprio meio de subsistência.

Sabemos que grande parte do problema da aristocracia francesa decorria do fato de que ela considerava o trabalho como algo não digno. Sendo assim, afundou-se cada vez mais em dívidas, para manter a aparência de que tudo estava muito bem. É este contexto que dá origem

à figura de Gobseck: ele representa toda a verdade do ouro, do poder. Mesmo não sendo nobre, tem todos em suas mãos, controla-os, abastece-os das ilusões que eles próprios criam para poderem continuar vivendo um tempo ilusório, agarrando-se nisto como a última gota de esperança.

Esta idéia está presente na seguinte passagem em que Gobseck instrui Derville:

Guarde suas ilusões, se puder. Vou fazer-lhe a resenha da vida... A felicidade consiste, então, no exercício das nossas faculdades aplicadas às realidades. Fora estes dois pretextos tudo é falso...A única coisa que nos fica é o sentimento verdadeiro que a natureza pôs em nós: o instinto de conservação. Nas vossas sociedades européias, esse instinto chama-se *interesse pessoal*. Se o senhor tivesse vivido tanto quanto eu, saberia que só existe uma coisa material, cujo valor é bastante certo para um homem que se preocupe com ela. Essa coisa... é o OURO. O ouro representa todas as forças humanas... por toda parte existe a luta entre o pobre e do rico; por toda parte ela é inevitável; nessas condições mais vale ser o explorador do que o explorado....;por toda parte os prazeres são os mesmos, pois os sentidos se esgotam e somente um sentimento sobrevive: a vaidade! A vaidade é sempre o eu....Somente os ingênuos podem julgar-se úteis aos seus semelhantes, preocupando-se em delinear princípios políticos para governar acontecimentos sempre imprevisíveis (BALZAC.1992 p.485).

Impressionante como em uma única página Balzac consegue delinear todas as características do seu tempo. Em sua análise vigorosa, ele sintetiza uma crítica à política, à falta de sentimentos humanitários e ao modelo de educação ao homem de seu tempo. É isso que Gobseck faz com Derville: durante todo o tempo o velho usurário tenta transformar o jovem em seu discípulo. Ele consegue ultrapassar seu objetivo, pois Derville revelou-se um resultado mais bem acabado.

Não podemos entender Gobseck como um mau caráter; ele nada mais é do que o resultado de um processo social, o capitalismo o produziu, baseado no novo conceito social, ele é o senhor dos desesperados, tem o dinheiro, portanto, tem o poder:

Sou bastante rico para comprar a consciência dos que movem os ministros, desde o contínuo do gabinete até sua amante: isso não é o Poder? Posso ter as mais belas mulheres e suas mais ternas carícias, não é isso o Prazer? Poder e Prazer não resumem eles toda a nossa ordem social?... Não é a vida uma máquina à qual o dinheiro imprime movimento?... O ouro é o espiritualismo das vossas sociedades atuais (BALZAC 1992, p.491).

Gobseck pode financiar a felicidade, negociar o desespero, enfim tem o poder neste modelo de sociedade, em suas mãos estão as rédeas da condução social. Na simbologia deste personagem está a figura poderosa dos banqueiros, que nada produzem, que vivem da especulação, dos juros, da extração da produção alheia. É a forma mais parasitária, porém, a mais eficaz e rápida na acumulação de capitais.

Entretanto, mesmo dentro da lógica desta sociedade, Gobseck torna-se um homem torpe, tão grande é sua ganância e seu prazer em acumular riquezas. No final da narrativa, vemos toda sua acumulação destruída em grande parte, tal era o grau de insanidade, de desequilíbrio, de raciocínio lógico.

A condessa de Restaud expressa a imagem da própria família burguesa corrompida por valores que destróem os laços afetivos. Não tem sentimentos pelo pai (Goriot), muito menos pelo marido, porém, como num círculo vicioso, Balzac pinta-a também como escrava de um amor não correspondido, com o sr. de Traillers. A filha demonstra falsa afetividade ao pai, quando este tem algum dinheiro para lhe dar, ou ao marido, quando este a presenteia com alguma jóia, com a qual, por sua vez, ela pode comprar a presença do sr. de Traillers, cuja aproximação é motivada pelo financiamento que ela lhe concede.

O autor mostra, assim, como funcionam as ligações humanas nesta sociedade, na qual se paga por um sorriso, por um abraço, por uma noite de prazer.

No auge da sua desgraça, a condessa usa o filho mais velho para poder extorquir e garantir o patrimônio do marido. Este, por sua vez, tem a plena certeza de que só o primogênito é seu legítimo filho, condenando os outros como filhos ilegítimos. Para garantir as posses ao filho legítimo, o pai precisa fingir negociar com Gobseck, tornando-o seu fiel depositário, para que depois o filho, com segurança, receba os bens de volta.

O avanço da desintegração familiar é tal que o pai precisa confiar em um usurário para garantir os bens à família, no caso o filho mais velho. Estas relações representam a destruição da família como célula social, ou seja, essa instituição fundamental está definhando junto com toda a sociedade. Em seu lugar, o individualismo e o egoísmo prevalecem como forma de sobrevivência ou como forma de sucesso econômico.

### **3.4 MEMÓRIAS DE DUAS JOVENS ESPOSAS e O BAILE DO SCEAUX**

#### **3.4.1 A conciliação entre a nobreza e a burguesia**

Em *Memórias De Duas Jovens Esposas*, Balzac discute entre outras coisas o papel da mulher na sociedade e representa as histórias de duas jovens amigas, cujos destinos são diferentes, embora desempenhem o mesmo papel: são “esposas”.

Na sociedade moderna a mulher fica dividida entre o amor e a maternidade. Luísa se decide pelo amor e Renata, sem escolha, pela maternidade. Trabalhando com a tese de que “o matrimônio exclui o amor e a paixão destrói o matrimônio”, Balzac coloca a vida dessas duas amigas correndo em paralelo. Nesse romance, segundo Rónai (1994, p.191), está exposta a “tese sugestiva e interessante, por discutível que seja, e que Balzac retoma incessantemente em outras palavras: ‘O amor é o roubo feito pelo estado social ao estado natural’”.

Nele, Balzac põe em questionamento as ligações familiares quanto aos interesses próprios de cada classe social, no caso nobreza e burguesia, e sugere que mediante as condições do momento as escolhas nada têm a ver com os sentimentos. Significam mais um acordo privado de classes, para que cada qual alcance seu objetivo na sociedade.

Em *O Baile de Sceaux*, Balzac explora esse tema na figura de Emília, filha mais nova do senhor Fontaine. O pai gasta grande parte de sua fortuna tentando conseguir um casamento compatível com a origem de sua filha. Porém, quando observa que o comportamento de Emília aponta uma outra direção e, temendo a solidão da filha, toma uma atitude reveladora: dá à filha a liberdade de escolher entre o status e o sentimento.

Assim, nesses dois romances, por meio de histórias familiares, Balzac expressa as disputas políticas que conduziam a sociedade. Neles aparecem as duas classes que se confrontavam, a burguesia e a aristocracia. Uma pretendia consolidar as transformações iniciadas com a Revolução e a outra desejava o regresso ao Antigo Regime. Portanto, a questão primordial não era apenas a conquista do poder pela burguesia ou pela aristocracia; o objetivo - neste caso em comum - era alcançar a estabilidade social.

Após a Revolução Francesa, as antigas forças sociais, nobreza e clero, pareciam destroçadas, mas durante a época napoleônica, houve um movimento de reconstituição da nobreza. Obviamente, tratava-se de uma nova nobreza, a que encontrou no ministério e na carreira militar os caminhos para sua reestruturação.

Atraídos pela carreira militar os jovens abriram um novo caminho para o enobrecimento. O importante era serem militares e não simples burgueses. Assim, todo burguês que adquiria fortuna desejava transformar-se em nobre, abandonando sua atividade comercial. E isto seria possível através da carreira militar ou da compra de títulos de nobreza. Esta tendência pode ser vista de forma clara nas duas obras de Balzac que vamos analisar neste item.

Em *Memórias de Duas Jovens Esposas*, a história desenvolve-se através de cartas trocadas entre duas jovens nobres, Luísa e Renata. Recém-saídas de um convento, as moças trocam confidências sobre o que estava acontecendo com cada uma. De forma que, nessa correspondência, transparece claramente a situação da nobreza desta época.

Renata pertencia a uma família nobre, empobrecida pelas mudanças ocorridas após 1789. Em uma das cartas, ela revela que precisa se casar com um burguês para garantir o futuro de sua família. Ela aceita esse casamento, mas considera a necessidade de transformar em nobres o noivo e toda a família. Assim, exige que seu noivo Luiz dedique-se inteiramente à política, elegendo-se Deputado do Departamento nas próximas eleições sob pena de perder sua estima e afeição. Nesta mesma carta, descreve à sua confidente e amiga Luíza como todos estavam radiantes de felicidade diante da possibilidade da família ingressar na classe aristocrática:

O velho pai não é mais avaro, dá cegamente tudo o que desejo. Os criados estão alegres, dir-se-ia que a felicidade de Luiz irradia neste lar, onde reino

pelo amor. O velho concordou com todos os melhoramentos, não quis ser mancha no meu luxo; para me ser agradável adotou os costumes, as maneiras do tempo presente. Temos cavalos ingleses, um cupê, uma caleça e um túburi. Nossos empregados têm um fardamento simples, porém elegante. Por isso tudo, somos tidos como pródigos. Emprego minha inteligência (não estou rindo) a dirigir a casa com economia, a proporcionar a maior soma de prazeres pelo menor custo possível. Já demonstrei a Luiz a necessidade de abrir estradas, a fim de lhe conquistar a reputação de homem preocupado pelo bem da localidade. Obrigo-o a completar sua educação. Espero vê-lo, em breve, membro do conselho geral do seu departamento, por influência da minha família e da de sua mãe. Declarei-lhe peremptoriamente que era, que não me desgostava que seu pai continuasse a se preocupar com os nossos bens, a realizar economias, porque no que diz respeito a ele, queria-o inteiramente dedicado à política; se tivéssemos filhos, queria vê-los todos felizes e bem colocados no Estado; sob pena de perder minha estima e minha afeição, ele deveria fazer-se eleger deputado do departamento nas próximas eleições; minha família auxiliaria sua candidatura e nós teríamos, então, o prazer de passar os invernos em Paris (BALZAC, 1994, p.249).

Este trecho da carta esclarece quais eram os quesitos necessários para entrar na sociedade aristocrática e mostra ainda qual era a situação real da nobreza.

O pai de Renata, representante da nobreza francesa, aceita o pedido de casamento do barão de l'Estorade por ter conhecimento da riqueza que este acumulou graças à avareza. O barão garantia, em contrato, que a família da noiva não desembolsaria dote algum e receberia uma considerável parte da fortuna.

Vemos ainda que o próprio Barão, que sempre viveu na avareza, comendo com seus empregados para acumular tostões, dá à nora liberdade plena para gastar, desde que isso traga prestígio a seu filho.

Nas cartas de Luíza temos mais detalhes sobre a situação da França e de sua classe. Em uma delas conta a Renata os planos de seu pai para seu futuro. Neste relato, podemos observar a posição de Balzac quanto ao restabelecimento de alguns valores aristocráticos:

A França, minha filha, está numa situação precária que só é conhecida pelo rei e alguns espíritos elevados; mas o rei é uma cabeça sem braços; além disso, os grandes espíritos que partilham o segredo do perigo não têm nenhuma autoridade sobre os homens que devem ser utilizados para se chegar a um resultado feliz. Esses homens, vomitados pela eleição popular, não querem ser instrumentos. Por mais notáveis que sejam, continuam a obra de destruição social, ao invés de nos ajudar a consolidar o edifício. Em duas palavras, não há mais do que dois partidos: Mário e Sila; eu sou por Sila contra Mário. Eis em bloco nosso assunto. Em detalhe, a Revolução continua, está implantada na lei, está escrita no solo, está sempre nos espíritos; é tanto mais formidável por parecer vencida para a maioria desses conselheiros do trono, que não lhe vêem nem soldados, nem tesouro. O rei é um grande espírito, vê as coisas claras; mas, dia a dia, conquistado pelos adeptos do irmão, que querem ir demasiado depressa, ele não tem dois anos de vida, e esse moribundo arranja as suas cobertas para morrer tranqüilo. Sabes, minha filha, quais são os efeitos mais destruidores da Revolução? Jamais os suspeitárias. Ao cortar a cabeça de Luís XVI, a Revolução cortou a cabeça de todos os chefes de família. Hoje não há mais família, há somente indivíduos. Ao querer tornar-se uma nação, os franceses renunciaram a ser um império. Ao proclamar a igualdade de direitos à sucessão paterna, mataram o espírito da família, criaram o fisco. Prepararam, pois, a fraqueza das superioridades e a força cega da massa, a extinção das artes, o reinado do interesse pessoal e abriram caminho à conquista. Achemo-nos entre dois sistemas: ou construir o Estado pela família, ou constituir-lo pelo interesse pessoal: a democracia ou a aristocracia, a discussão ou a obediência, o catolicismo ou a indiferença religiosa, eis a questão em poucas palavras. Pertencço ao pequeno número dos que querem resistir ao que se denomina povo, no próprio interesse deste. Não se trata mais de direitos feudais, como se diz aos ingênuos, nem de fidalguia; trata-se do Estado, trata-se da vida da França. Todo país que não se baseia no poder pátrio fica sem existência assegurada. Aí começa a escala das responsabilidades, e a subordinação que ascende até o rei. O rei somos nós todos! Morrer pelo rei é morrer por si mesmo, pela própria família, a qual não morre, da mesma forma que não morre o reino (BALZAC. 1994 p.237-238).

Este é o discurso utilizado pelo pai de Luíza para conseguir que ela abra mão de sua parte na herança da avó em favor do irmão, cujo objetivo era adquirir terras. A visão política do pai de Luíza mostra sua preocupação com o estabelecimento da democracia. Ele temia que, com o poder político nas mãos do povo, o Estado sucumbisse na desordem, desencadeando uma luta por interesses pessoais e não nacionais, o que poderia culminar na desagregação da família, das artes, da fé e da própria França. Afinal, segundo ele, o poder de um país é composto pelas famílias ricas, cujos membros têm como interesse comum a defesa do tesouro monetário.

O objetivo final da luta por restabelecer os antigos valores das instituições aristocráticas é o de contrapor-se ao movimento da democracia. Uma das manifestações mais claras do repúdio à democracia é o preconceito aristocrata contra as atividades ligadas ao comércio e à indústria. Nos termos desse preconceito, as pessoas que participam deste ramo de atividades e que passam a ter a “mancha” da burguesia não podem pertencer à classe social dominante.

As conseqüências desta desvalorização para a própria nobreza são retratadas na obra *O Baile De Sceaux*. O senhor Fontaine era o chefe de uma numerosa família nobre. Havia mudado recentemente para Paris onde receberia a nomeação de Marechal. Graças ao seu bom senso e habilidade, todos os membros de sua família, inclusive os mais jovens, viviam do orçamento da coroa. Seus três filhos estavam ricos e seguiam carreiras promissoras no Ministério e no Exército.

O que lhe causava preocupação eram suas três filhas solteiras. Com a ajuda do rei, conseguiu casar as duas mais velhas com jovens ricos. Após o casamento, estes jovens, por serem muito “talentosos”, tornaram-se barões, embora fossem de origem burguesa.

A terceira e a mais jovem das filhas do senhor Fontaine havia recusado uma série de propostas de casamento por não querer sujar seu sangue com a rudeza de seus pretendentes burgueses. Tal comportamento da filha preocupava o pai, pois tendo conhecimento da situação política da França, ele desejava um pariatto que beneficiasse sua posição . Assim dizia ele: “- Uma nobreza sem privilégios é um cabo sem ferramentas” (BALZAC, 1994, p.143).

A fala desse personagem de Balzac elucida um momento de trégua e parceria entre a nobreza e a burguesia. Com o crescimento da indústria e do comércio, o preconceito aristocrático contra estas atividades estava, contraditoriamente, prejudicando financeiramente a própria nobreza, pois impedia que ela participasse no processo de acumulação de riqueza. Via-se, então, uma saída nos contratos de casamento entre a nobreza e a burguesia. A riqueza vinda dos burgueses mantinha os privilégios da nobreza, e os burgueses, por sua vez, conseguiam assim seus títulos aristocráticos.

No entanto, esta nova conduta ainda não era bem vista por toda a nobreza. Pelo menos pelas famílias que ainda podiam pagar os dotes de suas filhas. Por isso, o senhor Fontaine estava disposto a gastar os últimos resquícios de sua fortuna para casar pelo menos uma de suas filhas com um rapaz de linhagem nobre. Assim, foi no esforço de reunir ao redor da última filha a nata dos rapazes casadouros da França que o conde de L'a Fontaine esvaziou seu orçamento em bailes, recepções e jantares.

Com a atitude típica das crianças egoístas e mimadas, a filha do Conde, a senhorita Emília, desdenhava um a um seus pretendentes. Achava-lhes sempre algum defeito na aparência. Um era gordo, outro muito magro, um muito alto, outro muito baixo. E assim prosseguiu até gastar todo seu dote e cansar a paciência de seu pai.

Foi neste momento que o senhor Fontaine chamou a filha para a seguinte conversa:

De hoje em diante serás árbitro de teu destino, sinto-me ao mesmo tempo feliz e infeliz por me ver dispensado da mais árdua das obrigações paternas. Não sei ainda por muito tempo ouvirás minha voz, que infelizmente nunca foi severa; mas lembra-te de que a felicidade conjugal não se alicerça sobre qualidades brilhantes e fortuna quanto sobre uma estima recíproca. Essa felicidade é, por sua natureza, modesta e sem brilho. Vai, minha filha, podes contar com o meu consentimento para aquele a quem me apresentares como

genro; mas se fores infeliz, lembra-te de que não te assiste o direito de acusar teu pai. Não me recusarei a dar os passos que quiseres e te auxiliarei; peço apenas que tua escolha seja séria e definitiva. Não devo comprometer duas vezes o respeito que devo aos meus cabelos brancos (BALZAC. 1994 p.153)

O discurso do pai de Emília implicava provocar na filha uma inversão de valores. Diante da situação da própria família, seria mais prudente que Emília procurasse a felicidade conjugal e o amor, deixando de lado as negociações que envolviam contratos de casamentos entre os nobres.

Ou seja, a aristocracia abandona seu posicionamento radical contra a classe burguesa quando percebe não ser mais possível viver sem o desenvolvimento trazido pela indústria e pelo comércio. A conciliação foi a forma encontrada para sair desta difícil situação e, ao mesmo tempo, evitar o estabelecimento de forças democráticas na nação francesa, em razão do qual as classes e os partidos se confrontaram durante séculos a fio.

Esta proposta de conciliação de Balzac também é encontrada em François Guizot, que com ele compartilhou boa parte dos acontecimentos posteriores à Revolução Francesa. Guizot tem o mérito de elaborar uma produção teórica voltada para conclamar as altas classes sociais a lutarem juntas para manter a civilização. Ele tenta convencer os franceses de que as disputas políticas entre aristocracia e burguesia conduziriam a sociedade ao estabelecimento da democracia.

Alerta para o fato de que, nas condições existentes, a soberania do povo, isto é, a democracia, provocaria uma nova Revolução. De seu ponto de vista, o radicalismo do partido do povo estava destruindo as instituições que equilibravam as relações entre os homens. Por isso, buscando evitar a eclosão destes acontecimentos, Guizot propõe a união da nobreza e da burguesia:

É a rivalidade cega das altas classes sociais que faz malograr, entre nós, as tentativas de um governo livre. Em vez de se unir, seja para se defender do despotismo, seja para fundar e praticar a liberdade, a nobreza e a burguesia permaneceram separadas, desejosas de se excluïrem ou suplantarem, não desejando aceitar, uma, nenhuma igualdade, outra, nenhuma superioridade. A altivez um pouco frívola da nobreza não impediu a burguesia francesa de se elevar e ocupar um lugar no nível superior do Estado. As invejas um pouco pueris da burguesia não impediram a nobreza de conservar as vantagens que dão a notoriedade das famílias e a longa posse de uma posição (GUIZOT, 1997, p. 40).

Assim o autor afirma que, se ambas as classes aceitassem as mudanças e admitissem uma certa hierarquia entre elas, a sociedade cresceria e adquiriria estabilidade. Esta reconciliação também colocaria um fim na disputa entre outros estados. A nobreza, considerada inútil, deixaria de ser um parasita para desempenhar um papel social. A burguesia estaria livre para desenvolver as forças produtivas e, por conseqüência deste desenvolvimento, as condições de vida da massa popular também melhorariam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Francesa representou um marco decisivo na queda da monarquia absolutista e no advento da liberdade, tornando possível a construção de um governo constitucional. Ela implantou a igualdade perante a lei, obstaculizando que a liberdade fosse um privilégio dos poderosos. Portanto, para os revolucionários de 1789, estes dois ideais (liberdade e igualdade) são inseparáveis.

Muito mais que uma reforma política, ela foi uma reformulação das relações humanas, do indivíduo consigo mesmo e com o coletivo. Conseguiu atingir todas as camadas da população francesa, foi sentida e interpretada de várias formas, interferindo direta ou indiretamente no imaginário das pessoas. Cada um expressava ao seu modo suas angústias, seus medos, suas revoltas, suas crenças. Afetou diretamente o comportamento familiar, gerou divisões e redefinições de funções dentro da família.

Cada qual, à sua maneira, pôde assumir um modo de agir ou de pensar, de se vestir ou até mesmo de falar. Aquilo que, até então, era dividido em três camadas: o primeiro Estado, o segundo Estado e o terceiro Estado revelou-se uma multiplicidade de grupos. A efetivação da Revolução só veio confirmar isto, principalmente no caso do terceiro Estado, que se mostrou nunca ter sido um, mas, ao contrário, muitos Estados dentro de um. Cada grupo reclamou para si o mesmo direito de ter direitos, seja no campo econômico e social seja no campo político.

Desta forma, a Revolução também não poderia ser única. Embora não fosse previsível, entre a suas conseqüências era possível que outras revoluções acontecessem no decorrer da história. Ao mesmo tempo em que as pessoas vislumbravam a oportunidade de mudar sua condição, a chance de mobilidade social, não sentiam segurança sobre o tempo que levaria para que outros grupos se insurgissem e revertissem tudo o que já parecia certo. Cada grupo que se rebelava levava consigo outros grupos, num movimento sucessivo, sem fim e até certo ponto desordenado. Assim sendo não havia estabilidade, não havia garantias, nem um norte a ser seguido. Impasse terrível: continuar as revoluções ou abdicar o direito a elas?

Houve um determinado momento em que os representantes de cada classe fizeram-se essa pergunta, pois a situação levava a crer que se as mudanças continuassem no mesmo ritmo, dentro em breve a França seria um caos. Era preciso portanto que as classes chegassem a um acordo. Até certo ponto acreditava-se que a mediação seria o caminho mais certo e, num primeiro momento, parecia que essa era a via encontrada. Porém o processo natural do desenvolvimento das relações econômicas mostrou que não havia possibilidade de [conciliação](#).

Aos poucos o Estado moderno deveria diminuir sua interferência sobre as relações das classes sociais e deixar que o próprio mercado se regulasse. Porém este é um fato complexo e que levará algum tempo ainda para seu desdobramento.

Mas o que nos interessa em todo esse embate social é seu reflexo na vida das pessoas na primeira metade do século XIX. O abandono efetivo do Antigo Regime, um modelo social que durante séculos regulamentou a vida das pessoas de uma forma que parecia inquestionável, deixava em seu lugar um caminho incerto.

Todas essas transformações estruturais foram registradas de muitas maneiras, inclusive na arte. O fato de termos optado pela literatura como fonte para nosso trabalho implica reconhecer que não era nossa intenção buscar a exatidão histórica, apesar de termos fundamentado nosso trabalho historicamente. Nosso objetivo era tentar entender, através da sensibilidade do artista, as repercussões dessas mudanças nas pessoas.

Buscamos através da visão aguçada de Balzac um dueto entre a historicidade e a sensibilidade romântica, pois, ao mesmo tempo em que ele registra o que acontecia à sua volta, também nos transmite a carga de emoções vividas pelas pessoas diante dos problemas que se lhe apresentavam.

Poderíamos ter escolhido outros autores, porém em nosso entendimento Balzac vai mais a fundo em seus escritos. Muito mais que uma obra literária fictícia, seus romances estão carregados de conceitos e preconceitos não só do autor, mas da sociedade em que ele está inserido. Entendemos isso como uma forma registro histórico.

Balzac conseguiu invadir o espaço privado, o interior das casas, e delinear tudo o que se passava nesse universo até então pouco explorado. Partindo das relações familiares, ele se aprofundou no desvendamento dos valores sociais de sua época. Entendendo o que se passava no interior dos lares, ele nos deu uma noção de como se regulamentava o meio social.

A análise das obras selecionadas permite-nos concluir que as relações capitalistas dentro desta instituição (família) nada mais são do que a resposta às necessidades vigentes, para se viver ou se manter socialmente integrado. Sendo assim, a educação familiar deve ser direcionada, visando capacitar os membros que a compõem para desenvolver os seus papéis previamente definidos. Os novos elos que são criados vão além do aspecto afetivo e avançam no campo do interesse pessoal. Acordos e estratégias são criados para o desenvolvimento financeiro da família ou para a promoção de um dos membros em detrimento dos outros.

A meta de nosso trabalho foi levantar algumas questões que nos levassem entender a crise da instituição familiar em nossa época. Para tal buscamos na literatura balzaquiana os primeiros traços que apontaram para essa crise. Entre outros traços que apontamos no corpo do trabalho, destacamos: o enfrentamento entre as partes que compõem a instituição, os diferentes interesses pessoais interferindo e modificando a vida particular dos outros membros, a necessidade de o indivíduo se impor como indivíduo livre e que, nessa condição, toma decisões isoladas do grupo familiar onde está inserido.

Atualmente podemos observar um acirramento das dificuldades nos relacionamentos familiares, o que se explica, em parte, pela crise do próprio modelo familiar clássico no qual, sendo o pai a figura central e detentora do poder de manutenção da “casa”, dele dependiam todas as decisões. A saída da mãe do lar para o mercado de trabalho faz dela um membro que atua de igual para igual com o pai; a emancipação dos filhos que cada vez mais cedo têm em suas mãos a responsabilidade de administrar sozinhos uma vida acadêmica com competência e de cujo sucesso depende a possibilidade de ser absorvido pelo mercado de trabalho e de ser aceito na sociedade, tudo isso faz com que o velho sistema de hierarquias desapareça, dando

lugar ao sentimento de direitos comuns, o que leva em muitos casos à discordância entre as partes e à separação dos membros da família.

O comportamento da família atual reflete o desenvolvimento das mudanças iniciadas no século XIX no que se refere não somente ao modelo político mas também ao social. O individualismo, a cobrança cada vez mais exigente do mercado de trabalho, de forma que somente os “melhores” são absorvidos, geram um ambiente de incerteza e instabilidade. Cada vez mais os pais investem na formação dos filhos, criam-se, assim, expectativas, angústias e incertezas para ambos os lados. Entendemos, portanto, que apesar do modelo familiar atual ser, à primeira vista, diferente do modelo oitocentista, é portador da grande herança de situações e problemas suscitados àquela época.

Encontramos em Balzac cenas em que estes embates familiares acontecem e entendemos o século XIX como o período em que as mudanças externas começam a influenciar de maneira mais aguda a estrutura e o comportamento no interior da família.

Sabemos que há muito a ser pesquisado, tanto no que se refere à família como à obra balzaquiana e à literatura como fonte. Pesquisamos uma parcela muito pequena do tema família e somente umas poucas páginas de Balzac. Porém esperamos que nosso modesto trabalho tenha contribuído para incitar novas pesquisas, trazendo à tona novas questões, com o que entendemos que nosso trabalho terá alcançado o seu objetivo.

## REFERÊNCIAS

ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACON, F. **Novo Organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1997

BALZAC, H. **A comédia humana**. São Paulo: Globo, 1992. v.1, 3, 4, 8 e 16.

BALZAC, H. **Eugênia Grandet**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

BALZAC, H. **Memórias de Duas Jovens Esposas**. São Paulo: Globo, 1994.

BALZAC, H. **O Baile de Sceaux**. São Paulo: Globo, 1994.

BOTO, C. **A escola do homem novo**: entre o iluminismo e a revolução francesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção Tudo é História; 52.

CHAUSSINAND-NOGARET, G. **A queda da Bastilha**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

FAURE, E. **A arte moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FURET, F. (Org.). **O homem romântico**. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- GANSHOF, F. L. **O que é feudalismo?** São Paulo: Europa-América, 1976.
- GODECHOT, J. **As revoluções: 1770-1799**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- GRIB, V. **Balzac: uma análise marxista**. Rio de Janeiro: Globo, 1952.
- HAUSER, A. **História social da literatura e da arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1995.
- HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- HUNT, L. *Amput*. **História da vida privada** V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- KAMAL, L. **Estados Unidos: da colônia à independência**. São Paulo: Contexto, 1992.
- LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- LEFEBVRE, G. **O surgimento da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEROY, A. L. **Locke**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- LOBO, L. **Teoria poética do romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LUKÁCS, G. **O romance como epopéia burguesa**. Paris: Editions Sociales, 1976.

MARCUSE, H. **Ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARINS, A. **John Locke**: segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **As lutas de classe na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986. Coleção Bases; 49.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MEHRING, F. A. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MICHELET, J. **A agonia da Idade Média**. São Paulo: Educ, 1992.

MICHELET, J. **Imagens da França**. São Paulo: Educ, 1997.

MICHELET, J. **O povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MUSSET, A. **Outras Coisas**. São Paulo: Zahar, 1971.

NASCIMENTO, M. M. do. **Opinião pública e revolução**. São Paulo: EDUSP, 1989.

OLIVEIRA, T. **Guizot e a Idade Média: lutas políticas e civilização**. 1997. ??f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis.

PAZINATO, A. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Ática, 1995.

PERROT, M. (Org.). **História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4.

PERROT, M. **Os excluídos da História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

RÉMOND, R. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Cultrix, 1974.

ROBB, G. **Balzac: uma bibliografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RÓNAI, P. **A vida de Balzac**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

RÓNAI, P.– *Anput*. BALZAC, H. **A comédia Humana**. São Paulo: Globo, 1992.v.1,3,4,16

ROUSSEAU, J.J. **O Contrato Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 .

THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. v.1.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 1987.

TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1989.

VIANA, T. DE C. **A comédia humana, cultura e feminilidade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

